

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS

A **CIGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS**, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Diretoria da CIGÁS, conforme Portaria nº 09, de 16 de setembro de 2024, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, MODO DE DISPUTA ABERTO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto está definido abaixo, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, os termos da **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Lei Estadual (AM) nº 4.730, de 27 de dezembro de 2018 e o Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da Cigás** e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, bem como pelas condições estabelecidas neste **Edital** e seus **Anexos**.

### 1. DO OBJETO:

**1.1.** O presente Pregão Eletrônico tem por objeto contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados em consultoria e assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho, abrangendo o planejamento, execução, acompanhamento e controle das ações de Saúde e Segurança Ocupacional, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis. Os serviços incluem a elaboração e gestão de programas, laudos técnicos, Laudos de Insalubridade e Periculosidade), avaliações psicossociais, exames médicos ocupacionais, perícias técnicas, treinamentos, bem como a gestão e o envio de eventos de SST ao eSocial, conforme condições e especificações constantes neste **Edital** e seus **Anexos**.

**1.1.1.** A descrição do objeto da futura contratação, especificações técnicas e instruções a respeito do fornecimento do objeto ofertado estão previstas no **Termo de Referência – item 3 do Detalhamento dos Serviços até o item 13 - Avaliação Psicossocial, Anexo II** deste **Edital**.

**1.1.2.** O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL** observadas as exigências contidas neste **Edital** e seus **Anexos** quanto às especificações do objeto.

### 2. DA PREVISÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

**2.1.** Os recursos para contratação do objeto deste **Edital**, serão custeados pela Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS, conforme previsto no **item 26 (ORIGEM DOS RECURSOS)** do Termo de Referência, **Anexo II**, deste **Edital**.

**2.2.** O valor estimado para esta Licitação é sigiloso, na forma do **art. 34 da Lei nº 13.303/2016**.

### **3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

**3.1.** O **Edital** e seus **Anexos** estarão disponíveis às empresas interessadas no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), bem como, no endereço eletrônico da CIGÁS [www.cigas.com.br](http://www.cigas.com.br).

#### **3.2. Poderão participar deste Pregão as empresas:**

Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e estejam HABILITADAS PARCIALMENTE (habilitação parcial válida) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos termos da Instrução Normativa - MARE nº 05, de 21 de julho de 1995 e suas alterações, situação esta que será verificada mediante consulta "*on line*" junto aquele Sistema, na hora da licitação (**Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001**), com redação dada pelo **Decreto nº 4.485/2002**, ou apresente a documentação na forma do **art. 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021**

#### **3.3. Não será admitida a participação de proponente nas seguintes condições:**

**3.3.1.** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou impedidas de contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos estabelecidos no **art. 38º da Lei nº 13.303/2016**, no **Decreto Federal nº 10.024/2019** e pelo **Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CIGÁS**;

**3.3.2.** Empresas que possuam, em sua Diretoria ou quadro técnico, funcionário(s) vinculado(s) à CIGÁS, participando desta licitação;

**3.3.3.** Empresas que possuam representantes legais, prepostos ou procuradores comuns participando simultaneamente com mais de uma proposta;

**3.3.4.** Empresas que combinarem entre si, visando frustrar a competitividade do processo ou pertencentes ao mesmo grupo econômico;

**3.3.5.** Empresas que possuam representantes participando com mais de uma proposta;

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS

**3.3.6.** Empresas inadimplentes com obrigações assumidas junto à CIGÁS;

**3.3.7.** Empresa estrangeira que não funcione no País;

**3.3.8.** Consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

**3.3.9.** Empresa cujo objeto social **não** seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

**3.3.10.** Que esteja direta ou indiretamente impedidos pelo RILC/CIGÁS;

**3.3.10.1.** Para fins do disposto no **Item 3.3.10**, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

**3.3.11.** Empresas que não apresentem condições jurídicas, fiscais, econômico-financeiras ou técnicas, exigidas na presente licitação; e

**3.3.12.** Empresas que estejam sob falência (ou recuperação judicial ou extrajudicial), concurso de credores, dissolução e liquidação, atentando para o disposto na Lei nº 11.101/05.

**3.3.12.1.** Excepcionalmente, será admitida a participação de empresas em recuperação judicial que comprovem o acolhimento judicial de seu plano de recuperação, na forma do **art. 58º da Lei 11.101, de 2005**, ou estejam amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (**Acórdão TCU 1201/2020 - Plenário**), devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação. Nestes casos, os atos, contratos e documentos firmados terão acrescidos, após o nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial", conforme art. 69º do referido diploma legal.

## **4. DO CREDENCIAMENTO:**

**4.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**4.2.** Os licitantes deverão utilizar o a chave de acesso e senha para acesso ao Sistema.

**4.3.** As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente Pregão, poderão ainda providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao *Portal de Compras do Governo Federal (ComprasNet)*.

**4.3.1.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de a chave de acesso e senha conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

**4.4.** O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação no presente certame, observado o disposto no **Item 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** deste **Edital**, no que couber.

**4.5.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**4.6.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

**4.7. O licitante responsabiliza-se** exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.8. É de responsabilidade do cadastrado** conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e **mantê-los atualizados** junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.8.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **5. DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

### **5.1. Para elaboração das propostas, as licitantes deverão levar em consideração:**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS**

**5.1.1.** A legislação aplicável e todas as condições estabelecidas neste **Edital** e em seus **Anexos**.

**5.1.2.** Os preços dos insumos, salários de mercado e encargos incidentes vigentes na data da licitação.

**5.1.3.** O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre a execução dos objetos licitados, inclusive a margem de lucro e demais exigências especificadas no Edital e seus anexos, bem como todos os custos inerentes às operações de importação, quando for o caso, compreendendo, entre outros: hedge cambial, despesas bancárias e financeiras internacionais, seguro internacional de transporte, riscos logísticos, quaisquer outros custos diretos ou indiretos relacionados à internalização dos bens no território nacional.

**5.2. Do cadastro da proposta de preços no sistema eletrônico:**

**5.2.1.** Após a divulgação do **Edital** no portal [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), os licitantes deverão incluir/cadastrar sua proposta, **até a data e hora marcadas para a abertura da sessão**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) – quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

**5.2.2.** O cadastro da proposta inicial, exigida neste **Edital**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.2.3.** Ao cadastrar sua proposta no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), o licitante deverá fazer a inclusão do **Valor unitário** com **Marca/Fabricante** e **Modelo/Versão**, se houver.

**5.2.4. Havendo incompatibilidade entre as especificações do objeto contidas no Sistema SIASG e as deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as constantes nestes últimos.**

**5.2.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão alterar a proposta no sistema.

**5.2.6.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste **Edital** e seus **Anexos**, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

**5.2.7.** O cadastramento da proposta implicará pela aceitação, por parte do licitante das condições estabelecidas neste **Edital** e seus **Anexos**, bem como na observância dos regulamentos e normas técnicas aplicáveis e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**5.2.8.** Uma vez cadastrada a proposta, o licitante estará declarando que está ciente e que concorda com as condições contidas neste **Edital** e seus **Anexos**, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

**5.2.9.** O preço proposto resultante do desconto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.2.10.** A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura da Sessão Pública.

**5.2.11.** A licitante ofertará, no mínimo, 100% (cem por cento) das quantidades estabelecidas em cada item previsto no campo “itens do **Anexo de Edital**” constante no sistema.

**5.2.12.** Após abertura da sessão, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**5.2.13.** No momento de cadastramento da Proposta no sistema, **quaisquer elementos que possam identificar o licitante**, importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste **Edital**.

**5.2.14.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de lances onde o sistema estabelecerá a classificação.

**5.2.15.** Serão desclassificados, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**5.2.16.** As propostas ficarão disponíveis no Sistema Eletrônico.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS**

**5.2.17.** Como condição para participação no Pregão, no momento do **cadastro da proposta** no sistema, a licitante **deverá “marcar” ou “não marcar”** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo ao Termo de aceitação das declarações:

**5.2.17.1. Condições de participação**

**5.2.17.1.1.** Manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei; e

**5.2.17.1.2.** Declara que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

**5.2.17.2. Declarações para fins de habilitação**

**5.2.17.2.1.** Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;

**5.2.17.2.2.** Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

**5.2.17.2.3.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**5.2.17.2.4.** Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e

**5.2.17.2.5.** Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**5.2.17.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista**

**5.2.17.3.1.** Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante; e

**5.2.17.3.2.** Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

**5.2.17.4. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa**

**5.2.17.4.1.** Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**5.3. Do envio da proposta de preços por meio do sistema eletrônico:**

**5.3.1.** Após a etapa de lance e negociação da Proposta de Preços, quando solicitado pelo Pregoeiro, o licitante, **classificado em primeiro lugar e/ou melhor classificado, deverá enviar**, juntamente com os documentos constantes do **Item 9** deste **Edital**, **a proposta de preços**, **Anexo III deste Edital**, acompanhada de todos os documentos descritos no **Item 16** do Termo de Referência, **PREFERENCIALMENTE** que possuam autenticação eletrônica e/ou assinatura digital passível de validação eletrônica, exclusivamente por meio do sistema [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) - opção "enviar **Anexo**", **podendo ser incluído um único arquivo**, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, contados da solicitação do Pregoeiro.

**5.3.2.** A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de proposta ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (**salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência**), sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da inabilitação, e a convocação da próxima licitante.

**5.3.3.** A forma de apresentação da Proposta de Preços encontra-se disposta no **Anexo III – Modelo da Proposta de Preços**, devendo a licitante atentar para as observações constantes deste **Anexo**.

**5.3.4.** A Proposta de Preços deverá ser apresentada de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando, quando necessário o valor unitário e o valor total, para cada item, conforme o disposto no instrumento convocatório.

**5.3.5.** A Proposta de Preços enviada via sistema eletrônico, **não necessita de reconhecimento de firma**, contudo, que seja encaminhada, **PREFERENCIALMENTE**, com autenticação eletrônica e/ou assinatura digital passível de validação eletrônica.



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS

**5.4.5.1.** A via original da Proposta de Preços final deverá ser enviada, por meio **físico**, devendo estar assinada pelo representante legal do licitante **com reconhecimento de firma**, atentando ao disposto na **Lei nº 13.726/2018**, SOMENTE quando solicitada pelo **Pregoeiro**, conforme previsto no **item 8.1** deste **Edital**.

**5.4.5.2.** Caso a documentação a ser enviada, **em sua TOTALIDADE**, possuam autenticação eletrônica e/ou assinatura digital passível de validação eletrônica, será dispensável o envio da via impressa original.

**5.3.6.** A Contratada estará vinculada à todas as especificações do objeto contidas no Edital e em seus anexos.

**5.3.7.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, inclusive os custos de importação inerentes ao negócio.

**5.3.8.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

**5.3.9.** O prazo de validade da Proposta de Preços não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, quando da convocação pelo Pregoieiro.

**5.3.10.** Quando na Proposta de Preços não constar o prazo de validade ou consignar termo inferior ao estabelecido no item acima, prevalecerá o prazo constante neste **Edital**.

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FASE DE ENVIO DE LANCES:**

**6.1.** A Sessão Pública deste Pregão Eletrônico será aberta automaticamente pelo sistema do Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

**Endereço Eletrônico:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**UASG:** 926187 – COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026**

**Data da sessão pública:** 29/04/2026

**Horário:** 09h30 (horário de Brasília) e 08h30 (horário de Manaus)

**6.2.** Para as indicações de horário, constantes neste **Edital**, no aviso e durante a sessão pública será considerado o horário de **Manaus (AM)**.

**6.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (**art. 19, Inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019**).

**6.4.** Os interessados em participar do certame poderão entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação – CPL/CIGÁS, por meio do telefone (92) 3303-3201 ou pelo e-mail [cpl@cigas.com.br](mailto:cpl@cigas.com.br), a fim de receber orientações ou dirimir qualquer dúvida referente ao **Edital** e seus **Anexos**.

**6.5.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

**6.6.** Em conformidade com as condições estabelecidas no **Item 3** deste **Edital**, terá início à sessão pública do **Pregão Eletrônico nº 90008/2026**, com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances.

**6.6.1.** Considerando que, para fins do Sistema Eletrônico, as propostas registradas tornar-se-ão os primeiros lances das licitantes, caso seja identificada alguma desconformidade com o instrumento convocatório, o Pregoeiro analisará, caso a caso, a fim de verificar a ocorrência de erros e, caso existam, se são de natureza sanável.

**6.6.2.** Na hipótese de erro sanável durante a fase de lances, o Pregoeiro cientificará, via *chat*, todas as licitantes logadas, sobre o problema detectado, fazendo referência ao valor registrado, já que o Sistema Eletrônico não possibilita a identificação do licitante, de forma que todas as participantes não se deixem influenciar pelo erro e possam registrar seus lances considerando, unicamente, sua condição comercial.

**6.7.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.8.** O lance deverá ser ofertado considerando **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**6.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS**

sessão e as regras estabelecidas no **Edital**.

**6.10.** Durante a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.11.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.12.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais) para cada item.**

**6.12.1.** Os valores deverão ser calculados utilizando-se **duas casas decimais.**

**6.13.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.14.** O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

**6.14.1.** A eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

**6.15.** Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.16.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens, chat, entre o Pregoeiro e os licitantes.

**6.17.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**6.17.1.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item acima, será de **02 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.18.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**6.19.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**6.20.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.21.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, **do valor do menor lance registrado**, vedada a identificação do licitante.

**6.22.** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

**6.23.** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.24.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos **artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015**.

**6.25.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.26.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS

**6.27.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.28.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.29.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate conforme previsto nos **artigos 36 e 37 do Decreto nº 10.024/2019 e art. 60 da Lei nº 14.133/2021**.

**6.30.** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem *jus* às margens de preferência, conforme regulamento. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no **artigo 55 da Lei nº 13.303/2016**.

### **7. DA ACEITABILIDADE DO VALOR OFERTADO:**

**7.1.** Encerrada a etapa de lance, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação acompanhada dos documentos de habilitação neste **Edital** em seus **Anexos**, observado o disposto no parágrafo único do **art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019**.

**7.2.** O Pregoeiro decidirá sobre a aceitação dos preços obtidos de acordo com o **VALOR GLOBAL DA LICITAÇÃO**.

**7.3.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste **Edital**, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no **TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo II)** deste **Edital**.

**7.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.4.1.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.5.** Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das propostas.

**7.6.** Constatado o atendimento às exigências fixadas no **Edital**, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.

**7.7.** Será **desclassificada** a proposta ou o lance vencedor, que após a negociação, apresentar preço final superior ao preço de referência da **CIGÁS**, quer seja para itens adjudicados individualmente, quer para os adjudicados em grupos (**Acórdão nº 8.060/2020 -TCU - Plenário**), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexecutável.

**7.7.1.** Será **desclassificada** a proposta, quando no regime de julgamento pelo menor valor global, apresentarem valores de item, após a negociação, superiores ao valor máximo obtido na cotação de mercado, que integra o Valor de Referência, conforme o (**Acórdão nº 2.857/2013 – Plenário, do TCU**).

**7.7.1.1.** O Pregoeiro poderá consultar a área técnica, para exame de admissibilidade dos preços ofertados, nas hipóteses acima.

**7.7.2.** Considera-se inexecutável a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.7.3.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma dos **artigos 56 e 57 da Lei nº 13.303/2016** e do **artigo 47 do Decreto Federal nº 10.024/2019**.

**7.8.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**7.9.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento na forma digital complementar,

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS

quando for o caso, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.10.** Se a proposta de menor lance não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao **Edital**.

**7.11.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

**7.12.** Nesta fase, também é de suma importância que os licitantes permaneçam conectados para facilitar a negociação quando necessário, sob pena de desclassificação.

### **7.13. DA NEGOCIAÇÃO:**

**7.13.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**7.13.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, via chat, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, caso não sejam realizados lances, será verificado a conformidade entre: a proposta de menor valor e o valor de referência da CIGÁS.

**7.13.3.** Ao licitante é assegurado o prazo de 5 (cinco) minutos para aceitação da contraproposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado, podendo este prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro e registrado em chat.

**7.14.** O pregoeiro poderá convocar o licitante para tratativas de diligências, por meio da funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no chat prazo razoável para atendimento, sob pena de desclassificação.

**7.15.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento das propostas.

## **8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DOS DOCUMENTOS DE**

**HABILITAÇÃO:**

**8.1.** Após o encerramento da etapa de lances, análise, julgamento e negociação da proposta de preços o licitante, **classificado em primeiro lugar e/ou melhor classificado, deverá enviar**, juntamente com os documentos constantes do **Item 9** deste Edital, **proposta de preços** ajustada ao lance final do licitante declarado **vencedor Anexo III** deste Edital, **acompanhada de todos os documentos descritos no item 16 e PPU – Anexo A do Termo de Referência**, exclusivamente por meio do sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br> - opção "**enviar Anexo**", **PREFERENCIALMENTE**, em 01 (um) único arquivo, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, contados da solicitação do Pregoeiro e deverá:

**8.1.1.** A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, em papel timbrado, digitada, em uma via, redigida de forma clara, especificando o objeto da licitação, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

**8.1.2.** As propostas enviadas via sistema eletrônico, **não necessitam de reconhecimento de firma**, contudo solicitamos que venham, **PREFERENCIALMENTE**, com autenticação eletrônica e/ou assinatura digital passível de validação eletrônica;

**8.1.3.** Caso a documentação a ser enviada, **em sua TOTALIDADE**, possua autenticação eletrônica e/ou assinatura digital, passível de validação eletrônica, será dispensável o envio da via original impressa;

**8.1.4.** A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de proposta ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (**salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência**), sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da inabilitação, e a convocação da próxima licitante;

**8.1.5.** É de exclusiva responsabilidade do licitante analisar e conferir todas suas documentações inseridas no sistema, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação, omissão ou qualquer outro pretexto;

**8.1.6.** O reconhecimento de firma, atentando ao disposto na **Lei nº 13.726/2018**, a que se refere o item acima, será exigido somente, no momento da apresentação da proposta original enviada pelo licitante **vencedor**, via impressa, conforme previsto no **Item 5.4.1** deste Edital.



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS**

**8.2.** A proposta final deverá ser autuada no processo administrativo e será considerada no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**8.3.** A Contratada estará vinculada à todas as especificações do objeto contidas na Proposta de Preços, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência.

**8.4.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**8.4.1.** Ocorrendo divergência entre o valor global e o valor do lance ou entre os preços unitários e o preço global, prevalecerá o valor do lance e a proposta deverá ser corrigida.

**8.4.1.1.** Nas hipóteses previstas no **Item 8.4.1** será solicitado a confirmação do valor ofertado via chat e não havendo motivos que desclassifiquem a proposta, será solicitado o envio da proposta ajustada considerando o valor registrado no Portal de Compras do Governo Federal (ComprasNet).

**8.5.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste **Edital**, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**8.6.** A proposta deverá obedecer aos termos deste **Edital** e seus **Anexos**, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**8.7.** Toda a documentação exigida que não for assinada eletronicamente deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia, autenticada em Cartório competente, devendo ser encaminhados ao Pregoeiro do presente certame, na sede da **CIGÁS, localizada na Avenida Torquato Tapajós, nº 6.100, no Bairro de Flores, Manaus/AM, CEP: 69058-830**, no horário de 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, **SOMENTE** quando solicitado, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação do Pregoeiro.

**8.7.1.** Quando da apresentação dos documentos citados no **Item 8.7**, as certidões negativas deverão estar válidas na data do recebimento, atentando para o disposto nos **artigos 42 e 43 da Lei nº 123/2006**.

**9. DA HABILITAÇÃO:**

**9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta melhor classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**, documento extraído da Base de Dados do Sistema CNPJ da Receita Federal do Brasil discriminando o(s) Código(s) CNAE;

**9.1.2. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**;

**9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e

**9.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade** Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, constante no portal da internet ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**9.2.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

**9.3.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**9.3.2.** O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante.

**9.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste **Edital** e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, na funcionalidade “**Convocar Anexo**”, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, sob pena de inabilitação.

**9.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS**

**9.6.** Deverão ser encaminhadas/anexadas, sem prejuízo da possibilidade de serem obtidos por meio de consulta SICAF, **juntamente com a proposta de preços**, as seguintes documentações complementares ao **SICAF**:

**9.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**9.6.1.1. Cédula de Identidade** ou qualquer outro documento equivalente (**com foto**) do (s) Sócio (s) (Administradores) da empresa;

**9.6.1.2. Registro Comercial**, no caso de empresa individual, contendo, em seu objeto social, a atividade compatível ao ramo, concernente ao objeto do presente certame;

**9.6.1.3. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor, **juntamente** com as suas respectivas alterações posteriores (caso elas existam) e/ou a versão consolidada, devidamente registrados na Junta Comercial (sociedades comerciais) e, no caso de Sociedades por Ações, da apresentação da Ata (devidamente arquivada no órgão competente) da Assembleia Geral que elegeu seus Administradores, devendo ser apresentada comprovação da publicação, pela imprensa, da ata arquivada, além de contemplar dentre os objetivos sociais a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

**9.6.1.3.1.** O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica, conforme versa o **Acórdão TCU nº 642/2014-Plenário**;

**9.6.1.4. Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir, juntamente com documento que identifique os seus administradores.

**9.6.1.5.** A **Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP**, poderá de forma suplementar, comprovar esta condição mediante apresentação de **CERTIDÃO SIMPLIFICADA expedida pela Junta Comercial** (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007) ou **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**, conforme Modelo de Declaração ME/EPP, **Anexo IV** do Edital.

**9.6.1.6.** A Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor**

**Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no endereço eletrônico <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

#### **9.6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**9.6.2.1.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto deste Pregão, mediante apresentação de Atestado ou Declarações de capacidade técnica em nome da empresa, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, demonstrando que a licitante já atuou com o objeto igual, similares ou equivalentes ao objeto desta licitação, na forma do disposto no **inciso II do Artigo 58 da Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CIGÁS**.

**9.6.2.2.** Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro, quando for o caso.

**9.6.2.3.** Os atestados deverão referir-se ao objeto, serviços prestados e/ou material no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**9.6.2.4.** Para comprovação da qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 16 (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA) do ANEXO II - Termo de Referência deste Edital**, sob pena de desclassificação durante a análise técnica ou inabilitação durante a análise da fase documental.

**9.6.2.5.** Nos casos de apresentação de atestado de capacidade técnica entre Matriz e Filial o Tribunal de Contas da União, através do **Acórdão 3056/2008** esclarece que matriz e filial não são pessoas jurídicas distintas. A matriz e filial representa, estabelecimentos diferentes pertencentes à mesma pessoa jurídica. Segue a mesma linha de raciocínio o Ministro Relator do **Acórdão 1277/2015**.

**9.6.2.6.** O licitante disponibilizará, sempre que solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executados os serviços e/ou fornecidos os materiais.

**9.6.2.7.** A Administração se resguarda no direito de diligenciar, caso seja necessário, junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre o documento disponibilizado e cópias dos respectivos contratos e aditivos, produtos e/ou outros

documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

**9.6.2.8.** A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, conforme este **Edital** e seus **Anexos**, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.

### **9.6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**9.6.3.1. Certidões Negativas de Falência** (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, o prazo de validade das referidas certidões será de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua emissão, se outro prazo não for definido nas próprias certidões.

**9.6.3.2.** Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do último exercício social, ***já exigíveis e apresentados na forma da lei***, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**9.6.3.2.1.** Não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais (**Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015**).

**9.6.3.2.2.** No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**9.6.3.2.3.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

**9.6.3.3.** O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado deverão ser apresentados em uma das seguintes formas:

**9.6.3.3.1.** Inscritos no Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento;

**9.6.3.3.2.** As empresas que utilizam obrigatoriamente o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021 e suas alterações, deverão encaminhar as demonstrações juntamente com o **recibo de entrega da ECD emitido pelo**

**Sped.**

**9.6.3.4.** Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de Índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1(um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{(LG)} \quad & \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ & \text{Ativo Total} \\ \text{(SG)} \quad & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \end{aligned}$$

$$\text{(LC)} \quad \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**9.6.3.5.** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

**9.6.3.6** O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado deverão vir assinadas pelo contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, responsável pelas peças contábeis.

#### **9.6.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**9.6.4.1.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas **alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991**, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751 de 02 de outubro de 2014, válida.

**9.6.4.2.** Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, válida.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS**

**9.6.4.3.** Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da licitante, válida.

**9.6.4.4.** Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, feita mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, conforme disposto na **Lei nº 12.440/2011** e **Resolução Administrativa nº 1.470/2011** do TST, emitida por meio do endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/certidao>, válida.

**9.6.5. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:**

**9.6.5.1.** Quando da análise da documentação de habilitação, o licitante deverá estar com as certidões negativas válidas, atentando para o disposto nos **artigos 42 e 43 da Lei nº 123/2006**.

**9.6.5.1.1.** O pregoeiro solicitará atualização das certidões vencidas, desde que na abertura do certame estivessem válidas, para atualização e habilitação do licitante vencedor.

**9.6.5.2.** Os documentos e **Anexos** exigidos fisicamente, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada física ou digital, nos prazos estabelecidos neste **Edital**.

**9.6.5.2.1.** Serão aceitas autenticações e assinaturas digitais, desde que seja possível a verificação de sua autenticidade.

**9.6.5.3.** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente **Edital** e seus **Anexos**.

**9.6.5.4.** Serão inabilitadas as empresas que não atenderem ao **Item 3 (DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO)** e **Item 9 (DA HABILITAÇÃO)** do presente **Edital**.

**9.6.5.5.** Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da empresa licitante e com indicação do número do CNPJ e endereço.

**9.6.5.6.** A habilitação do licitante vencedor será verificada em tempo real ("on-line") no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), após a análise e julgamento da proposta de preços.

**9.6.5.7.** Os licitantes que, embora cadastradas no SICAF, estejam com situação irregular neste Sistema, deverão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade, relativamente aos

dados vencidos ou não atualizados, no momento do envio da documentação de habilitação no Portal de Compras do Governo (ComprasNet), conforme prevê o **Item 9.3** deste **Edital**.

**9.6.5.8. AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** definidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 3º, da **Lei Complementar nº 123/2006**, interessadas em participar desta licitação, **DEVERÃO APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA EFEITO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, MESMO QUE ESTA APRESENTE ALGUMA RESTRIÇÃO** (art. 43, **Lei Complementar nº 123/2006**).

**9.6.5.9.** No caso de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora deste certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa (**§1º art. 43, Lei Complementar nº 123/2006**).

**9.6.5.9.1. O PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA SERÁ CONTADO A PARTIR DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO.**

**9.6.5.9.2.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

**9.6.5.9.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na **Lei nº 13.303/2016**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (**§ 2º artigo 43, Lei Complementar nº 123/2006**).

**9.6.5.9.4.** Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

**9.6.5.9.4.1.** Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

**9.6.5.9.4.2.** Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e

**9.6.5.9.4.3.** No caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que,



## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS

COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz e vice-versa.

### 10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

**10.1.** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o **Edital** de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até o **dia 24/04/2026 (art. 24º do Decreto nº 10.024/2019)**.

**10.2.** Os pedidos de impugnações, informações e esclarecimentos deverão ser interpostos por meio de documento em papel timbrado, com a indicação do certame, data, descrição coerente da solicitação, assinatura e carimbo do Representante Legal, podendo ser encaminhado ao endereço eletrônico **cpl@cigas.com.br** ou solicitados, **por escrito e protocolizado, no PROTOCOLO da CIGÁS**, ambos devendo observar o horário compreendido entre 8h às 16h (horário local Manaus-AM), no endereço citado no **Item 8.7**, até o dia **24/04/2026 (artigos 23º e 24º do Decreto nº 10.024/2019)**, ficando a cargo dos licitantes interessados a consulta e acompanhamentos das divulgações no sistema eletrônico ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) ou no endereço eletrônico da CIGÁS ([www.cigas.com.br](http://www.cigas.com.br)).

**10.3.** A CIGÁS responderá os questionamentos encaminhados, as respostas serão registradas por meio de ofícios circulares, que serão disponibilizadas no endereço eletrônico da CIGÁS, [www.cigas.com.br](http://www.cigas.com.br) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**10.4.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos setores responsáveis pela elaboração da especificação do objeto do **Edital** e seus **Anexos** e pela Gerência Jurídica da Companhia, decidir sobre a impugnação.

**10.5.** A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**10.6.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização deste certame, nos termos e condições da lei.

**10.7.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### 11. DOS RECURSOS:

**11.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas onde será concedido o prazo de, **no mínimo, 10 (dez) minutos** e do ato de habilitação ou inabilitação será concedido o prazo de, **no mínimo, 10 (dez) minutos**, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**11.2.** Com o objetivo dos licitantes manifestarem a intenção de recorrer, de forma motivada, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (**art. 44 do Decreto nº 10.024/2019**).

**11.3.** Havendo manifestação, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**11.3.1.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito.

**11.3.2.** Uma vez admitido a intenção recursal, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (**Artigo 44, § 2º, do Decreto nº 10.024/2019**).

**11.3.3.** O Pregoeiro julgará as razões recursais de forma motivada e havendo manutenção de sua decisão, deverá submete-la à Autoridade Superior.

**11.4.** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento devendo a decisão mencioná-los expressamente, cabendo a autoridade designar dia, hora e lugar para repetição dos atos, se for o caso (**Artigo 44, § 4º, do Decreto nº 10.024/2019**).

**11.5.** Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no endereço constante neste **Edital**.

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS**

**11.6.** Os procedimentos para interposição de recursos, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico em formulários próprios.

**11.7.** Não serão dados como conhecidos pelo Pregoeiro os recursos interpostos sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública e fora dos respectivos prazos legais, enviados por e-mail, bem como os que não contiverem a identificação do responsável legal ou preposto da empresa.

**11.8.** O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo (**Artigo 11, XVIII, do Decreto nº 3.555/2000**).

**12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que teve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam; e

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do **Artigos 43, §1º da LC nº 123/2006**. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“*chat*”), ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório; e

**12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:**

**13.1.** A adjudicação e homologação da licitação será efetuada pelo Diretor Executivo/Presidente após o encerramento da sessão pública, ou, quando houver recurso, após o encerramento da fase recursal.

**14. DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU TERMO EQUIVALENTE:**

**14.1.** Após homologado o resultado deste Pregão, a Companhia de Gás do Amazonas - **CIGÁS**, convocará a licitante vencedora, para assinatura do instrumento contratual, sob pena de decair o direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste **Edital**.

**14.2.** O prazo será definido no ato do envio do contrato e poderá ser prorrogado uma só vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, conforme previsto no **§ 1º, do artigo. 75, da Lei nº 13.303/2016**.

**14.3.** O **CONTRATO** será firmado entre a Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS) e a empresa vencedora da licitação, o qual consignará os direitos e obrigações das partes e instrumento que faz parte integrante e complementar deste **Edital**, independente de transcrição.

**14.4.** Constan do modelo da minuta de **CONTRATO** que compõe o **Anexo I** deste **Edital**, as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e demais obrigações das partes de acordo com previsto na **Lei nº 13.303/2016**.

**14.5.** É facultado à Companhia de Gás do Amazonas (CIGÁS), quando o convocado não assinar o termo de contrato, não retirar ou aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, convidar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições propostas de cada classificado, inclusive quanto aos preços, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.

**14.6.** Decorridos **90 (noventa) dias consecutivos** da data da apresentação das propostas físicas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**14.7.** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta vencedora, e caso persista o interesse no objeto licitado, a Administração

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS**

poderá solicitar prorrogação dessa validade.

**14.8.** Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer o objeto ofertado a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste **Edital**, em seus **Anexos** e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste **Edital**.

**14.9.** Quem for convocado dentro do prazo de validade da sua proposta e não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou **apresentar documentação falsa**, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do **CONTRATO**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedido do direito de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no **SICAF**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, sem prejuízo das multas previstas em **Edital** e no **CONTRATO** e das demais cominações legais.

**14.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

**15. DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**15.1.** A execução do **CONTRATO**, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas suas cláusulas contratuais, pelo disposto na **Lei nº 13.303/2016** e pelos preceitos de direito privado.

**15.2.** O prazo de vigência contratual será contado a partir da data de assinatura do contrato, bem como os demais prazos que serão conforme estabelecidos no **Item 17 do TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo II** deste **Edital**.

**16. DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO:**

**16.1.** O pagamento será realizado mediante apresentação de Fatura/Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente da **CIGÁS**, a qual será processada e paga segundo legislação vigente, em até 30 (trinta) dias, após a sua aprovação pelas áreas competentes e conforme estabelecido **TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo II** deste **Edital**.

**16.2.** O pagamento ficará condicionado à apresentação, por parte da Contratada à **CIGÁS**, os seguintes documentos de regularidade fiscal e trabalhista: Certidão Negativa de Débitos do FGTS,

Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Trabalhista, válidos.

**16.3.** A Nota Fiscal será emitida pela **CONTRATADA**, sem rasuras, legível e em nome da **CIGÁS** contendo no campo de descrição a relação do fornecimento do objeto, bem como a referência ao número do contrato firmado.

**16.4.** Constatado erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a CIGÁS irá devolvê-la, para que a CONTRATADA adote as medidas necessárias para correção, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do referido documento.

**16.5.** Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**16.6.** A CIGÁS não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, relacionados com o objeto do presente contrato.

**16.7.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**16.8.** Os créditos financeiros da CONTRATADA, decorrentes do fornecimento do objeto, efetivamente realizados, não poderão ser objeto de garantia perante terceiros nem de cessão, sem a prévia e expressa concordância por escrito da CIGÁS.

**16.9.** O valor constante da Nota Fiscal discriminativa, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

## **17. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:**

**17.1.** Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, conforme o disposto no **Artigo 81 da Lei nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

## **18. DO REAJUSTE DOS PREÇOS:**

**18.1.** Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de **12 (doze) meses**, conforme Minuta do Contrato, na Clausula de IRREAJUSTABILIDADE DO VALOR.

**19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:**

**19.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são complementadas pelo descrito no Termo de Referência e Contrato, **Anexos** deste **Edital**.

**19.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**19.2.1.** Obedecer rigorosamente às condições, contidas no **Processo Administrativo nº 011/2026**, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente e por escrito pela **CIGÁS**;

**19.2.2.** Fornecer o objeto da presente licitação rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus **Anexos** e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela **CIGÁS**;

**19.2.3.** Iniciar o fornecimento do objeto ofertado, após a assinatura do contrato, respeitando os prazos determinados e informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que o impossibilite de cumprir o estabelecido;

**19.2.4.** Pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o material fornecido e/ou serviço executados;

**19.2.5.** Fornecer todos os materiais com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis;

**19.2.6.** Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do objeto ofertado, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o **inciso IX, do artigo 69, da Lei nº 13.303/2016**;

**19.2.7.** Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer;

**19.2.8.** Comunicar imediatamente à **CIGÁS**, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções

ou discrepâncias porventura encontradas pela **CONTRATADA**, a fim de que sejam corrigidos;

**19.2.9.** Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, equipamentos de proteção individual e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos a segurança do trabalho, para a entrega do objeto contratado; e

**19.2.10.** Respeitar as Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas aos Procedimentos Operacionais da **CIGÁS**, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a **CIGÁS**.

### **19.3. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**19.3.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

**19.3.2.** Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado.

**19.3.3.** Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados.

**19.3.4.** Notificar a **CONTRATADA**, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento do objeto ofertado.

**19.3.5.** Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento do objeto ofertado, fixando prazo para a sua correção a aplicação de eventuais multas contratuais.

**19.3.6.** Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do **CONTRATO** por intermédio de empregados próprios designados para este fim.

**19.3.7.** Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada na execução do objeto contratado.

### **20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**20.1.** As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às sanções em conformidade com o **Decreto Estadual nº 21.178/2000**, e alterações, que regulamentaram a aplicação das sanções administrativas,



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS**

disciplinadas nos **Artigos 82 a 84, da Lei nº 13.303/2016**.

**20.2.** A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas previstas neste **Edital** e dos contratos dele decorrente, em face do disposto no **Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da Cigás**, serão obedecidos no âmbito da Administração pública, direta ou indireta.

**20.3.** Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, aceitar e retirar o contrato, estará sujeito às penalidades previstas no **Edital** e na **Lei nº 13.303 de 01 de abril de 2016**. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação das licitantes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao **Edital**, sendo o respectivo, convocado para negociar redução do preço ofertado.

**20.4.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o **CONTRATO**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, o que não se aplica aos licitantes remanescentes de que trata o respectivo **Edital**.

**20.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na **Lei nº 13.303/2016 e RILC/CIGÁS**.

**20.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**20.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

**21. DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

**21.1.** A rescisão do **CONTRATO** regular-se-á pelas suas cláusulas contratuais, constante do **Anexo I**, deste **Edital**, pelo disposto na **Lei nº 13.303/2016** e pelos preceitos de direito privado.

**22. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**

**22.1.** A **GESTÃO e FISCALIZAÇÃO**, durante a execução dos serviços e/ou fornecimento, será

exercida pela CIGÁS, por meio de seus representantes, de forma a fazer cumprir, rigorosamente, as obrigações assumidas, conforme disposto no Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, **Anexos** deste **Edital**.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**23.1.** É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**23.2.** Fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**23.3.** Qualquer modificação no presente **Edital** será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

**23.4.** As **PROPONENTES** assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **CONTRATANTE** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.5.** As **PROPONENTES** são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**23.6.** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

**23.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste **Edital** e seus **Anexos**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **CONTRATANTE**.

**23.8.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro **CONTRATO**.

**23.9.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições da legislação vigente e pertinente

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026 – CPL/CIGÁS

à matéria.

**23.9.1.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, de acordo com a **Lei nº 13.303/2016**, subsidiada pelo **Decreto nº 10.024/2019, Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da CIGÁS** e suas alterações, tudo em conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.

**23.10.** As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

**23.11.** Este **Edital** será disponibilizado a qualquer interessado, nos endereços [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.cigas.com.br](http://www.cigas.com.br).

**23.12.** As licitantes, após a publicação oficial deste **Edital**, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso aos endereços eletrônicos mencionados no **Item 3.1**, das eventuais republicações e/ou retificações de **Edital**, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

### **23.13. DAS ASSINATURAS DE PRÓPRIO PUNHO OU DIGITAL**

**23.13.1.** Os documentos assinados de próprio punho, deverão estar assinados pelo representante legal com reconhecimento de firma, atentando ao disposto na Lei nº 13.726/2018, em seguida deverão ser digitalizados em extensão “PDF”, não editáveis, e encaminhados via sistema <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

**23.13.2.** A assinatura digital do Representante Legal, em meio eletrônico, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do painel de assinaturas dos documentos assinados. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico inclusive pelo assinador Serpro, disponível gratuitamente no sítio eletrônico <https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro>;

**23.13.3.** O Pregoeiro poderá solicitar a verificação da autenticidade dos documentos cuja emissão tenha sido realizada via internet.

### **24. DOS ANEXOS DO EDITAL:**

**24.1.** São **Anexos** do **Edital**, fazendo dele parte integrante independentemente da transcrição, os seguintes documentos:

**24.1.1. Anexo I** – Minuta do Contrato;

**24.1.2. Anexo II** – Termo de Referência;

**24.1.2.1. Anexo A** – Planilha de Preço Unitário;

**24.1.3. Anexo III** – Modelo da Proposta de Preços;

**24.1.4. Anexo IV** – Modelo de Declaração ME/EPP.

Manaus, 09 de abril de 2026.

Elaborado na forma do §2º, artigo 35 do Regulamento Interno  
de Licitação e Contratos- CIGÁS.

-----  
**Amanda dos Santos Serrão**

Analista de Licitação  
Comissão Permanente de Licitação - CPL/CIGÁS

Aprovado na forma do §2º, artigo 35 do Regulamento Interno  
de Licitação e Contratos- CIGÁS.

-----  
**Amanda Gouveia Moura**

Gerência Jurídica - GEJUR/CIGÁS.

## TERMO DE CONTRATO N. xxx/20xx

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE XXXXXXXXXX**, celebrado entre a **COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS** e a empresa **XXXXXXXXXX**, na forma abaixo:

Por este ato, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na sede da **COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS – CIGÁS**, sociedade de economia mista, constituída pela Lei n. 2.325 de 08 de maio de 1995, e suas alterações, consolidada conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Amazonas em 03 de novembro de 2004, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n. 00.624.964/0001-00, situada na Avenida Torquato Tapajós, n. 6.100, Bairro: Flores, CEP 69058-830, Manaus/AM, denominada simplesmente **CIGÁS ou CONTRATANTE**, neste ato representado por seus respectivos Diretores:

Diretor-Presidente **Sr. HERALDO BELEZA DA CÂMARA**, brasileiro, engenheiro civil, portador de Cédula de Identidade n. 280.769-SSP/AM, inscrito no CPF sob o n. 027.644.662-34 e;

Diretor Técnico e Comercial / Diretor Financeiro e Administrativo, **Sr. xxxxxxxxx**, (nacionalidade), (profissão), portador da Cédula de Identidade n. xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o n. xxxxxxx, **Sr. xxxxxxxxx**, (nacionalidade), (profissão), portador da Cédula de Identidade n. xxxxxxxx, inscrito no CPF sob o n. xxxxxxx, ambos com endereço profissional na sede da Companhia.

Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n. xxxxxxxxxxxx, com endereço na Rua xxxxxxxxxxxx, Bairro: xxxxxx – Município/Estado – CEP xxxxxx, neste ato representada por seu representante legal, Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, (nacionalidade), (profissão), portador(a) de cédula de identidade n. xxxxxx-SSP/AM, inscrito no CPF sob o n. xxxxxxxx, denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Na presença de testemunhas adiante nominadas, é assinado o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE XXXXXXXXXXXXXXXX** que se regerá pelas normas da Lei n. 13.303/2016 com as alterações posteriores, pelo Regulamento de Licitação e Contratos – RILC da CIGÁS, com base no Processo Administrativo CIGÁS n. xxx/20xx, e pelas cláusulas e condições seguintes:

### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1.** Por força do presente CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se a prestar à CIGÁS os serviços de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme estabelecido no Termo de Referência n. XX/20xx e demais documentos, partes integrantes do Processo Administrativo n. 0xx/20XX, cumprindo o inteiro teor da proposta constante do referido processo que passa a integrar o presente instrumento, como se nele tivesse transcrito.

**1.2.** A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado, homologação e adjudicação do Pregão Eletrônico n. 00X/20XX, parte integrante do presente CONTRATO, independente de transcrição.

**1.3.** Integram e complementam este termo de CONTRATO, no que não o contraria, o ato convocatório, a proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes e constitutivos da licitação que trata o item anterior.

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO**

**2.1.** O valor mensal do presente contrato é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXX)**, totalizando o valor total de **R\$ xxxx (xxxxxx)**.

**2.2.** O valor unitário do serviço corresponde ao discriminado no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO**

**3.1.** O prazo de vigência do presente CONTRATO será de XX (XXXX) meses, a contar da data de assinatura do contrato/ Ordem de Fornecimento, permitida a sua prorrogação, através de Termo Aditivo, em alguma das hipóteses previstas no artigo 71, da Lei n. 13.303/2016.

**3.2** O prazo de execução do objeto deverá ser atendido de acordo com o previsto no Termo de Referência/ Projeto Básico.

**3.3.** Nos casos de contrato assinado eletronicamente deverá ser observada a data da última assinatura para início do prazo de vigência do Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.**

**4.1.** O gerenciamento e a fiscalização do presente instrumento e sua execução, ficará a cargo da Sr.(a). XXXXXXXXXXXX, CPF: XXXXXXXX, matrícula n. XXXX, lotado(a) XXXXXXXXXXXX, ou a seu substituto eventual, a quem deverá ser dirigida toda comunicação pela CONTRATADA, relacionada com o objeto deste contrato.

**4.2.** Durante a vigência deste contrato, o CONTRATADO deve manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE, para representá-lo sempre que for necessário.

**4.3.** A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

### **5. CLÁUSULA QUINTA: DA IRREAJUSTABILIDADE DO VALOR**

**5.1.** É irrealizável o valor do presente contrato, até que se complete o período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, nos termos do artigo 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001.

**5.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato, e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno mínimo de 1 (um) ano, de modo que o valor poderá ser atualizado até o limite do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo – IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, a contar da data da proposta comercial, exclusivamente para as obrigações iniciadas após a ocorrência da anualidade.

**5.3.** Fica resguardada a livre negociação entre as partes, nos termos do art. 72 da Lei n. 13.303/2016, até o limite estabelecido no item acima.

**5.4.** Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

**5.5.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

### **6. CLÁUSULA SEXTA: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1.** A execução dos serviços contratados deverá observar o especificado no Termo de Referência/ Projeto Básico e Proposta de Preço vencedora, anexos a este instrumento.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO NO FORNECIMENTO DO OBJETO CONTRATADO**

**7.1.** A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pela execução do presente CONTRATO. Logo, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa FISCALIZAÇÃO, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

**7.2.** A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CIGÁS, inclusive disponibilizando para o corpo administrativo todas as informações que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento do presente instrumento.

**7.3.** A existência e atuação da fiscalização da CIGÁS em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste termo e às consequências e implicações, próximas ou remotas.

**7.4.** À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência/ Projeto Básico n. XXX/20XX, da proposta da empresa e das cláusulas do CONTRATO.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**8.1. São obrigações da CONTRATADA,** sem prejuízo das demais obrigações e responsabilidades insertas neste CONTRATO além daquelas constantes do Termo de Referência/ Projeto Básico n. XXX/20XX, conforme itens abaixo:

**8.1.1.** Fornecer o objeto do presente CONTRATO rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela CONTRATANTE.

**8.1.2.** Iniciar a execução do serviço do objeto contratado, a contar da data de assinatura do contrato, respeitando os prazos determinados e informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de cumprir o estabelecido;

**8.1.3.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

**8.1.4.** Ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CIGÁS, não eximirá a contratada de total responsabilidade quanto à execução do objeto deste contrato;

**8.1.5.** Manter, durante a vigência deste instrumento, todas as condições apresentadas na proposta;

**8.1.6.** Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o objeto do presente CONTRATO, bem como eventual custo de frete relativo a(s) respectiva(s) entrega(s).

**8.1.7.** Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATANTE inerentes ao objeto do presente CONTRATO.

**8.1.8.** Responsabilizar-se diretamente pela execução do objeto deste CONTRATO e, consequentemente, responder, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na sua execução, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros.

**8.1.9.** Providenciar às suas despesas, a contratação dos seguros necessários ao cumprimento do presente CONTRATO e da legislação em vigor, destinados à cobertura de seus bens, seu pessoal e da responsabilidade civil por danos que venham a ser causados a terceiros e/ou à CONTRATANTE.

**8.1.10.** Manter a CONTRATANTE livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do presente CONTRATO, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.

**8.1.11.** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**8.1.12.** Preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus fornecedores.

**8.1.13.** Cumprir as determinações contidas no presente CONTRATO e em todos os seus anexos, responsabilizando-se pelos efeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do presente instrumento, bem como das leis, regulamentos ou posturas em vigor.

**8.1.14.** Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE, quanto ao objeto fornecido;

**8.1.15.** Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste CONTRATO, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.



**8.1.16.** Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

**8.1.17.** Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

**8.1.18.** Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias porventura encontradas pela CONTRATADA no presente CONTRATO ou em seus anexos, a fim de que sejam corrigidos.

**8.1.19.** Realizar o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto contratado, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA não se transfere à CONTRATANTE.

**8.1.20.** Observar o Código de Ética e de Conduta da CIGÁS, disponibilizado no endereço eletrônico: <https://www.cigas-am.com.br/normas-internas>.

**8.1.21.** Solicitar autorização da CONTRATANTE para a veiculação de publicidade acerca deste contrato;

**8.1.22.** Não obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou eventuais prorrogações no presente contrato, sem autorização em lei, no edital ou por meio de aditivo, tampouco a não manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato celebrados, conforme art. 5º da Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

**8.1.23.** A **CONTRATADA** se obriga, **quando for o caso**, nos termos do artigo 9º da Lei estadual nº 4.730, de 27/12/2018, a apresentar, no momento da contratação, declaração informando a existência de Programa de Integridade, conforme parâmetros estabelecidos pelo art. 4º da citada lei, sem prejuízo das demais obrigações de conformidade previstas nesta cláusula, desde que o valor contratado atenda ao disposto no art. 1º da citada Lei Estadual.

**8.1.23.1** A **CONTRATADA**, deverá implantar Programa de Integridade, o qual deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades, em atendimento aos termos e condições da Lei Estadual (AM) nº 4.730, DE 27.12.2018.

**8.1.23.2** A implantação do Programa de Integridade, dar-se-á no prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do contrato, nos termos da Lei nº 4730, de 27.12.2018.

**8.1.24** A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pelos danos que sejam causados à CIGÁS ou a terceiros, em razão de suas atividades na execução do presente contrato, seja por ação ou por omissão, sem prejuízo das cominações de multa contratual avençadas em cláusulas próprias.

**8.1.25.** Fornecer os equipamentos necessários aos seus empregados, bem como toda mão-de-obra em número e qualificação compatível com a perfeita execução dos serviços, sendo de sua inteira e exclusiva responsabilidade o cumprimento das obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de seguros, não existindo, de modo algum, entre seus empregados e a CONTRATANTE, vínculo empregatício ou de qualquer natureza, assumindo plena e exclusiva responsabilidade pelos Contratos de Trabalho celebrados com seus empregados, inclusive nos eventuais inadimplementos que venham a ocorrer, eximindo a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária e/ou subsidiária pelos mesmos, a qualquer tempo, ressarcindo à CONTRATANTE qualquer valor pago ou exigido judicialmente a este título;

## **8.2 São obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais disposições inseridas neste CONTRATO além daquelas constantes do Termo de Referência/ Projeto Básico:**

**8.2.1.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições e preços pactuados no presente CONTRATO e em seus anexos;

**8.2.2.** Nomear representante, para acompanhar, fiscalizar, certificar-se da conformidade do objeto a ser executado pela CONTRATADA, nos aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as irregularidades detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas;



**8.2.3.** Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto deste CONTRATO.

**8.2.4.** Notificar, por escrito, à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção a aplicação de eventuais multas contratuais.

**8.2.5.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**8.2.6.** Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do CONTRATO por intermédio de empregados próprios designados para este fim e,

**8.2.7.** Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento do objeto contratado.

**8.2.8.** Emitir e encaminhar à **CONTRATADA** a Ordem de Serviço correspondente.

## **9. CLÁUSULA NONA: RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.**

**9.1.** A CONTRATADA é única, integral e exclusiva responsável (garantidos o direito à ampla defesa e ao contraditório), em qualquer caso por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados diretamente e indiretamente à CIGÁS ou a terceiros, provenientes de culpa ou dolo em decorrência da execução do serviço objeto deste contrato, e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus sucessores, não excluídos ou reduzidos essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pela CIGÁS.

**9.2.** A CONTRATADA é também responsável por todos os encargos e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária, previdenciária que resultem ou venham a resultar da execução deste contrato, bem como todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto deste contrato.

**9.3.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos decorrentes das legislações mencionadas no parágrafo primeiro, não transfere à CIGÁS a responsabilidade de seu pagamento.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO.**

**10.1.** Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no Artigo 81 da Lei Federal n. 13.303/2016, em sua atual redação.

**10.2.** A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos quantitativos ajustados no presente CONTRATO, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o Artigo 81, § 1º, da Lei Federal n. 13.303/2016.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO.**

**11.1.** O pagamento à CONTRATADA será realizado conforme apresentação da Nota Fiscal, acordo com o relatório de recebimento na sede da CIGÁS, segundo legislação vigente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a sua aprovação pelas áreas competentes, ficando condicionado a apresentação dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos mencionados no Termo de Referência/ Projeto Básico.

**11.2.** O valor constante da Fatura discriminativa, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

**11.3.** Constatado erro ou irregularidade na Fatura, a CIGÁS irá devolvê-la, para que a CONTRATADA adote as medidas necessárias para correção, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do referido documento.

**11.4.** Na hipótese de devolução, a Fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

**11.5.** A CIGÁS não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, relacionados com o objeto do presente contrato.

**11.6.** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

**11.7.** O pagamento das notas fiscais/faturas ficará condicionado à apresentação, por parte da CONTRATADA à CIGÁS, dos documentos de regularidade fiscal a seguir: Certidão Negativa de Débitos do INSS, FGTS, Fazendas Federal, Estadual e Municipal e Justiça do Trabalho, válidas;

**11.8.** Os créditos financeiros da CONTRATADA, decorrentes dos materiais devidamente entregues, não poderão ser objeto de garantia perante terceiros nem de cessão, sem a prévia e expressa concordância por escrito da CIGÁS.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

**12.1.** Os recursos para pagar o objeto deste contrato, serão custeados pela CIGÁS, conforme previsto e especificado no Termo de Referência/ Projeto Básico.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA CONTRATUAL.**

**13.1.** A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com base no que dispõe o Art. 70, da Lei n. 13.303/2016, garantia esta que poderá ser acionada, a critério da CIGÁS, no todo ou em parte, no correspondente ao não cumprimento das obrigações do Contrato, administrativa ou judicialmente.

**13.2.** Na ocorrência de hipótese de prorrogação de prazo, formalmente admitida pela CIGÁS, deverá a CONTRATADA apresentar nova garantia, de forma a abranger o período de prorrogação, passível de retenção pela CIGÁS de créditos que couberem à CONTRATADA, enquanto não for efetivada tal garantia ou o valor a ela correspondente.

**13.3.** Ocorrendo aumento no valor do Contrato decorrente do acréscimo de objeto, a CONTRATADA, por ocasião da assinatura de Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual de 5% (cinco por cento).

**13.4.** O valor da garantia depositada, em conformidade com o disposto nesta Cláusula, será liberado 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo deste Contrato, salvo a hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA.

**13.5.** Havendo rescisão do Contrato ou interrupção na execução do objeto, não será devolvido o valor da garantia, a menos que a rescisão decorra de culpa da CIGÁS, nos termos da lei.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES.**

**14.1.** Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual à CONTRATADA, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal ficará sujeito às sanções previstas no artigo 82, da Lei n. 13.303/16 e suas alterações posteriores.

**14.2.** As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à CONTRATADA o direito da ampla defesa e do contraditório.

**14.3.** Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as sanções descritas abaixo, conforme estabelecido no Artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016:

**a)** ADVERTÊNCIA, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

**b)** MULTA, na forma persista neste instrumento contratual; e

**c)** SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**14.4.** As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do item acima poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”, conforme estabelecido no §2º do Artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

**14.5.** Ocorrendo a inexecução de que trata o item anterior, reserva-se à CONTRATANTE o direito de aplicar a sanção correspondente à gravidade da respectiva inexecução contratual.

**14.6.** A CONTRATADA poderá apresentar DEFESA PRÉVIA para contestar a aplicação das sanções administrativas impostas pela CONTRATANTE, em petição motivada, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis, a partir da data do recebimento da respectiva notificação, caso em que a CONTRATANTE comunicará, em prazo hábil, a manutenção ou relevação (dispensa) da respectiva penalidade.

**14.7.** A aplicação das sanções administrativas impostas à CONTRATADA é de competência exclusiva da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, cabendo à Diretoria Executiva desta última a decisão final sobre a aplicação das respectivas sanções, no respectivo processo administrativo competente, caso a CONTRATADA apresente a respectiva DEFESA PRÉVIA.

**14.8 - Serão aplicadas as seguintes multas:**

**a)** 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) sobre o valor total do Contrato por dia de atraso injustificado na execução, independente de culpa ou dolo, com percentual máximo de 10% (dez por cento);

**b)** 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, para o caso de inexecução total ou parcial do Contrato;

**c)** 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**.

**14.9.** As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas ou danos decorrentes das infrações cometidas.

**14.10.** As justificativas referentes a atrasos, na entrega dos materiais, deverão ser apresentadas pela CONTRATADA à CIGÁS, que decidirá sobre a aceitação delas.

**14.11.** A justificativa de que trata o parágrafo anterior somente poderá ser apreciada pela CIGÁS, se lhe for apresentada dentro do prazo ajustado para execução do objeto contratual.

**14.12.** Para os casos em que o valor contratado atenda ao disposto no art. 1º da citada Lei Estadual, quando houver descumprimento do item 8.1, subitens 23, 23.1 e 23.2 a CIGÁS aplicará à CONTRATADA multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia, incidentes sobre o valor do contrato, conforme art. 6º, da Lei estadual n. 4.730, de 27/12/2018.

**14.12.1.** O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato, conforme §1º, do art. 6º, da Lei estadual n. 4.730, de 27/12/2018.

**14.12.2.** O cumprimento da exigência da implantação do Programa de Integridade fará cessar a aplicação da multa, conforme §2º, do art. 6º, da Lei estadual n. 4.730, de 27/12/2018.

**14.12.3.** O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas, conforme §3º, do art. 6º, da Lei estadual n. 4.730, de 27/12/2018.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**15.1.** O presente CONTRATO poderá ser extinto em uma das hipóteses enumeradas no Regulamento Interno de Licitação e Contratos – RILC da **CIGÁS**, quais sejam:

**a)** Pela execução do respectivo objeto;

**b)** Pelo advento de termo ou condição prevista no Contrato;

**c)** Por inexecução total ou parcial;

**d)** Por acordo entre as partes;

**e)** Por ato unilateral e escrito de qualquer parte; e

**f)** Pela via judicial.

**15.2.** A rescisão por ato unilateral a que se refere o subitem **e)** deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**15.3.** Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade dos serviços público essenciais, o prazo estipulado no item acima será de 90 (noventa) dias.

**15.4.** Quando a rescisão unilateral ocorrer por solicitação da CONTRATADA, a CIGÁS deverá ser ressarcida de eventuais prejuízos devidamente comprovados.

**15.5.** Quando a rescisão unilateral ocorrer por solicitação da CIGÁS, será resguardado o direito da CONTRATADA a: a) devolução da garantia; b) pagamento devidas pela execução do contrato até a data de rescisão; e c) pagamento do custo de desmobilização, se houver.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CIGÁS.**

**16.1** A rescisão, por culpa da CONTRATADA, determinada por ato unilateral da CIGÁS acarreta as seguintes consequências, sem prejuízos das sanções pertinentes reconhecendo a CONTRATADA, desde já, os direitos da CIGÁS de:

**a)** Assunção imediata do objeto deste Contrato, por ato seu;

**b)** Ocupação e utilização, se for o caso, do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal envolvidos na execução deste contrato;

**c)** Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados a CIGÁS.

**16.2** A aplicação das medidas previstas nas alíneas a, b e c do item anterior desta Cláusula fica a critério da CIGÁS, que poderá dar continuidade a entrega dos materiais, por execução direta ou indireta.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CESSÃO E SUBCONTRATAÇÃO.**

**17.1.** O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou transferido total ou parcialmente, nem será permitida a subcontratação total ou parcial do seu objeto, salvo autorização prévia e por escrito da CIGÁS, respeitada a execução do contrato originalmente pactuado e desde que não haja prejuízo ao interesse público.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: RECURSOS.**

**18.1.** Contra as decisões que tiverem aplicado penalidades a CONTRATADA poderá, sempre sem efeito suspensivo:

**18.2.** Interpor recursos para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias da ciência que tiver da decisão que aplicar as penalidades de advertência e de multa;

**18.3.** Interpor recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias da publicação no Diário Oficial do Estado, da decisão de suspensão do direito de licitar, impedimento de contratar ou rescindir administrativamente o contrato.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**

**19.1.** As partes contratantes não responderão pelo não cumprimento das obrigações ou pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, na forma da lei, caso em que qualquer das partes pode pleitear a rescisão contratual.

**19.2.** O período de interrupção do fornecimento, decorrentes de eventos caracterizados como força maior ou caso fortuito, será acrescido ao prazo contratual.

**19.3.** Ocorrendo circunstâncias que justifiquem a invocação da existência de caso fortuito ou de força maior, a parte impossibilitada de cumprir a sua obrigação deverá dar conhecimento à outra, por escrito e imediatamente, da ocorrência e suas consequências.

**19.4.** Durante o período impeditivo definido no item 19.2 acima, as partes suportarão independentemente suas respectivas perdas.

**19.5.** Se a razão impeditiva ou suas causas perdurarem por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos, qualquer uma das partes poderá notificar à outra, por escrito, para o encerramento do presente CONTRATO, sob as condições idênticas às estipuladas no item acima.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DECLARAÇÕES DAS PARTES.**

**20.1 – As partes declaram que:**

**a)** Estão cientes de todas as circunstâncias e regras que norteiam o presente negócio jurídico, e detêm experiência nas atividades que lhe competem por força deste CONTRATO.

**b)** Exercem a sua liberdade de contratar, observados os preceitos de ordem pública e o princípio da função social do presente CONTRATO, que atende também aos princípios da economicidade, razoabilidade e oportunidade, permitindo o alcance dos respectivos objetivos societários das partes e atividades empresariais, servindo, conseqüentemente, a toda a sociedade;

**c)** Sempre guardarão na execução deste CONTRATO os princípios da probidade e da boa-fé, presentes também, tanto na sua negociação, quanto na sua celebração;

**20.2.** Este CONTRATO é firmado com a estrita observância dos princípios indicados nos itens antecedentes, não importando, em nenhuma hipótese, em abuso de direitos, a qualquer título que seja;

**20.3.** Em havendo nulidade de qualquer estipulação do presente CONTRATO, restarão válidas as demais disposições contratuais, não afetando assim a validade do negócio jurídico ora firmado em seus termos gerais.

**20.4. A CONTRATADA declara que:**

**a)** De forma direta ou indireta, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do Contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a CONTRATANTE e/ou seus negócios, em atendimento às práticas preventivas relacionadas à corrupção e, especialmente, às vedações contidas no art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como ao Decreto 8.420/2015.

b) Não possui como administrador ou sócio com poder de direção, pessoa com relação de parentesco com empregado da área responsável pela demanda, pela contratação, ou hierarquicamente superior da CONTRATANTE.

c) Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta até o segundo grau, de dirigente da CONTRATANTE, de Secretário de Estado, vinculado ao Poder Executivo do Estado do Amazonas, conforme o disposto na Lei Estadual (AM) n. 5.311, de 18/11/2021.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS**

**21.1.** Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, deste CONTRATO ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. A CIGÁS, quando fonte retentora, deverá descontar e recolher, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

**21.2.** A CONTRATADA declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta, os tributos incidentes sobre a execução dos serviços ou fornecimento objeto deste CONTRATO, não cabendo qualquer reivindicação devida a erro nessa avaliação, para o efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

**21.3.** Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **CONTRATADA** acresceu indevidamente a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso à **CIGÁS** dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**.

**21.4.** Durante o prazo de vigência deste CONTRATO, se ocorrer qualquer dos eventos abaixo indicados, que comprovadamente venha a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, os preços serão revistos, a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações:

- a) criação de novos tributos;
- b) extinção de tributos existentes;
- c) alteração de alíquotas; e
- d) instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais.

**21.5.** Tratando-se, porém, de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre à CIGÁS.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA MATRIZ DE RISCO.**

**22.1.** A Matriz de Riscos relacionada ao presente CONTRATO consta no Termo de Referência/Projeto Básico.

**22.2.** Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CIGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

**22.3.** Após a notificação, a CIGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CIGÁS poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

**22.4.** A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Quarta.

**22.5.** O reconhecimento pela CIGÁS dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a



CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

**22.6.** As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (um) dia útil, contados da data da ocorrência do evento.

**22.7.** As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

**22.8.** As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

**22.9.** Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

**22.10.** O CONTRATO poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do CONTRATO se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

**22.11.** As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

**22.12.** Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do CONTRATO, não previstos na Matriz de Riscos, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

### **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**

**23.1.** As partes se submetem às obrigações legais relativas à proteção de dados e garantia de privacidade, sobretudo àquelas dispostas na Lei Federal 13.709/2018, sem prejuízo dos demais diplomas legais.

**23.2.** A **CONTRATADA** reconhece ainda que é vedado:

a) armazenar, divulgar e/ou fornecer a terceiros, dados e informações obtidas por meio deste contrato, inclusive após o término da relação contratual, mediante ajuste prévio entre si e consentimento dos titulares dos dados tratados, hipóteses essas que jamais serão presumidas ou tácitas, excetuada ainda a obrigação legal à qual estiver sujeita;

b) reproduzir qualquer página ou tela com dados sob o controle da **CONTRATANTE** ou da cadeia de controle da qual participe, inclusive aqueles tornados públicos, aqueles constantes em seu site ou de outras fontes cujo tratamento não obedeça às hipóteses de autorização pessoal, contratual ou legal;

c) utilizar os dados ou informações obtidas para constranger ou coagir, de qualquer maneira que seja, o titular do dado ou documento consultado ou, ainda, como justificativa para atos que violem ou ameacem interesses de terceiros;

d) vender, repassar ou estabelecer convênio de repasse de dados ou informações com outras empresas, especialmente aquelas que prestam serviços de informações ou assemelhados.

**23.3.** A **CONTRATANTE**, ao enviar as informações aos bancos de dados da **CONTRATADA**, autorizada pelos titulares dos dados tratados ou amparada por hipótese legal de exceção ao consentimento pessoal, permite que sejam integrados tais dados às bases informacionais da **CONTRATADA**, podendo utilizá-las unicamente para o atingimento do objeto contratual eleito neste instrumento.

**23.4.** O consentimento do titular para o tratamento de dados poderá ser revogado a qualquer tempo, devendo a **CONTRATADA**, cientificada pela **CONTRATANTE**, realizar no menor tempo possível a cessação do tratamento e a eliminação dos dados, salvo hipótese excepcional.

**23.5.** A **CONTRATADA**, por receber dados compartilhados pela **CONTRATANTE**, assegurará a privacidade e proteção dos dados por ela tratados e/ou armazenados em banco de dados próprio.

**23.6.** A solicitação de que trata o parágrafo primeiro desta cláusula será direcionada ao e-mail informado pela **CONTRATADA** quando da assinatura da proposta de adesão a este contrato, obrigando-se a mantê-lo atualizado, sob as penas e responsabilizações cabíveis.

**23.7.** Qualquer informação passada à **CONTRATANTE**, pela **CONTRATADA**, será meramente informativa e não implicará na cessão de direitos relativos à sua propriedade intelectual de qualquer bem tangível ou intangível e eventuais consentâneos, de titularidade da **CONTRATADA**.

**23.8.** A **CONTRATANTE** desde já autoriza expressamente a **CONTRATADA** a processar e/ou a armazenar as suas informações no Brasil ou no exterior, na dependência de uma das empresas do grupo econômico a que pertence a **CONTRATADA** ou de um fornecedor.

**26.9.** A **CONTRATADA** ou o fornecedor poderão utilizar servidores “em nuvem”. A **CONTRATADA** se obriga a adotar todas as providências eventualmente exigidas pela legislação vigente para o referido tratamento, sobretudo a garantia dos protocolos de segurança dos dados armazenados.

**23.10.** A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a)** Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b)** Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

**23.11.** A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela **CONTRATADA** de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

#### **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO**

**24.1.** O foro do presente contrato é a cidade de Manaus/AM com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

#### **25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**25.1.** Fica acordado entre as partes que toda e qualquer comunicação, no que disser respeito a este CONTRATO, far-se-á mediante comunicação eletrônica e/ou através de envio de documento oficial, que será recebido mediante protocolo, com especificação de data, hora e identificação do recipiente.

E assim por estarem de acordo, as partes assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas abaixo nominadas.

Manaus, XXX de XXX de 202x.

### **COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS**

---

**DIRETORIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

---

**REPRESENTANTE**


TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

2. Nome:

CPF:

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>1</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

## 1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados em consultoria e assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho, abrangendo o planejamento, execução, acompanhamento e controle das ações de Saúde e Segurança Ocupacional, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis. Os serviços incluem a elaboração e gestão de programas, laudos técnicos, Laudos de Insalubridade e Periculosidade), avaliações psicossociais, exames médicos ocupacionais, perícias técnicas, treinamentos, bem como a gestão e o envio de eventos de SST ao eSocial.

## 2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO


2.1. A **Companhia de Gás do Amazonas – CONTRATANTE**, sociedade de economia mista com autonomia administrativa e financeira, é concessionária exclusiva dos serviços de distribuição de gás natural em todo o Estado do Amazonas. Seus empregados são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

2.2. Como empregadora, a Companhia está obrigada a instituir programas voltados à prevenção de riscos ambientais e à segurança e saúde do trabalhador, conforme previsto na legislação trabalhista e previdenciária, especialmente na Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, bem como nas diretrizes do eSocial.

2.3. As principais Normas Regulamentadoras (NRs) e legislações aplicáveis incluem, entre outras:

- NR-01: Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)
- NR-06: Equipamentos de Proteção Individual (EPI)
- NR-07: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)
- NR-09: Avaliação E Controle Das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos E Biológicos
- NR-10: Segurança em instalações e serviços em eletricidade
- NR-13: Caldeiras, vasos de pressão e tubulações
- NR-15 e NR-16: Atividades e operações insalubres e perigosas
- NR-17: Ergonomia
- NR-20: Inflamáveis e combustíveis




	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>2</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

- NR-33: Espaços confinados
- NR-35: Trabalho em altura
- Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- Constituição Federal, art. 7º, inciso XXII;
- Convenção Internacional OIT 171, de 26/06/90 - Trabalho noturno
- Lei Federal 3.268, de 30/09/1957
- Lei Federal 8.213, de 24/07/1991
- Lei Federal 13.787, de 27/12/2018
- Lei Federal 14.510, de 27/12/2022
- Decreto Federal 3.048, de 06/05/1999
- Decreto Federal 10.088, de 05/11/2019
- Resolução CFM 997, de 23/05/1980
- Resolução CFM 1.980, de 07/12/2011
- Resolução CFM 2.323, de 06/10/2022
- Resolução CFM 2.376, de 18/01/2024
- Resolução CREM - AM 85, de 07/12/2009
- Decreto-Lei 5.452, de 01/05/1943 - CLT
- Portaria MTP 313, de 22/09/2021
- Portaria SSST 25, de 29/12/1994
- Instrução Normativa RFB 2.110, de 17/10/2022
- Instrução Normativa INSS 128, de 28/03/2022
- Lei Estadual 260, de 18/06/2015
- Lei Municipal 165, de 13/09/2005
- Decreto nº 8.373/2014, que institui o eSocial, com destaque para os eventos:
  - S-2210 (Comunicação de Acidente de Trabalho),
  - S-2220 (Monitoramento da Saúde do Trabalhador),
  - S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco).

Essas normas exigem a elaboração e implementação obrigatória dos seguintes documentos e programas:

- PGR – Programa de Prevenção/Gerenciamento de Riscos
- Avaliações Ambientais (Higiene Ocupacional)

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>3</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

- PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
- AEP – Análise Ergonômica Preliminar
- AET – Análise Ergonômica do Trabalho
- LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho
- Laudos de Insalubridade e Periculosidade
- Prontuários

2.3. Além das exigências legais, esta contratação também está alinhada com a Política do Sistema de Gestão Integrada (SGI) da CONTRATANTE, bem como com suas diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), estabelecidas no Plano Estratégico da companhia.

2.4. Dessa forma, a contratação garante a continuidade dos programas obrigatórios de SST, assegura a conformidade com as exigências legais e regulamentares vigentes e fortalece o compromisso da CONTRATANTE com a segurança e saúde de seus colaboradores.

### 3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS


3.1. A empresa CONTRATADA deverá executar, de forma contínua e permanente, os serviços técnicos e especializados em Segurança e Medicina do Trabalho, garantindo a assessoria e consultoria necessárias para o cumprimento da legislação vigente, das Normas Regulamentadoras e das boas práticas profissionais aplicáveis à saúde e segurança ocupacional.

3.2. O presente contrato terá vigência de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante acordo entre as partes, formalizado por meio de termo aditivo, observadas as disposições legais aplicáveis.

### 4. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)

4.1. É um documento obrigatório para empresas, cujo objetivo é identificar, avaliar e controlar os riscos ocupacionais existentes nos ambientes de trabalho, com foco na prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

4.2. A CONTRATADA deverá elaborar, atualizar, apoiar e orientar na implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas pelas Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>4</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

Trabalho e Emprego, bem como com demais dispositivos legais aplicáveis à segurança e saúde no trabalho.

4.3. A CONTRATADA deverá garantir que o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) abranja, de forma clara e adequada, os riscos decorrentes da exposição a agentes físicos, químicos e biológicos, bem como os riscos de acidentes e os relacionados aos fatores ergonômicos, incluindo os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, conforme previsto na legislação vigente de segurança e saúde no trabalho.

4.4. Para cada risco identificado, a CONTRATADA deverá definir e propor as medidas de controle adequadas, contemplando ações de prevenção, mitigação e monitoramento, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores.

4.5. A CONTRATADA deverá elaborar e entregar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da ordem de serviço pela CONTRATANTE.


4.6. A entrega do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) pela CONTRATADA será considerada provisória até que a CONTRATANTE realize a análise técnica do conteúdo.

4.7. Caso sejam identificadas não conformidades, omissões, inadequações técnicas ou descumprimento de requisitos legais ou normativos, a CONTRATANTE poderá rejeitar total ou parcialmente o documento, solicitando as devidas correções, complementações ou reformulações.

4.8. A CONTRATADA deverá efetuar os ajustes solicitados sem ônus adicional, no prazo a ser estipulado pela CONTRATANTE, respeitando as exigências legais vigentes e as condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.9. O PGR somente será considerado aceito e finalizado após a aprovação formal da CONTRATANTE.

4.10. A CONTRATADA deverá garantir que o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) contemple ou esteja devidamente integrado com os planos, programas e demais documentos exigidos pela legislação vigente de segurança e saúde no trabalho, assegurando o pleno cumprimento das normas regulamentadoras aplicáveis à atividade contratada.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>5</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

4.11. A CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE na implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), bem como acompanhar a execução das ações previstas no plano de ação, de modo a garantir sua efetividade e conformidade com as normas vigentes.

4.12. Para a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), este deverá ser composto, no mínimo, por dois documentos principais:

a) **Inventário de Riscos Ocupacionais:** Documento que abrange as etapas de identificação de perigos e avaliação de riscos, tendo como objetivo primordial estabelecer a necessidade de implementação de medidas de prevenção.


b) **Plano de Ação:** Documento no qual são estabelecidas as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, com a finalidade de eliminar, reduzir ou controlar os riscos ocupacionais identificados.

#### **4.13. Inventário de riscos ocupacionais**

4.13.1. Importância da Identificação e Avaliação de Perigos e Riscos no Inventário de riscos do PGR.

4.13.2. O atendimento rigoroso aos requisitos de identificação e avaliação de perigos e riscos no Inventário de Riscos do PGR é essencial para assegurar a precisão, a confiabilidade e a conformidade legal do gerenciamento de riscos ocupacionais. A correta identificação e avaliação garantem que as informações reflitam fielmente as condições reais de trabalho, possibilitando a definição e a implementação de medidas de controle eficazes e adequadas à proteção dos trabalhadores. Além disso, esse atendimento previne falhas, lacunas e inconsistências que possam comprometer a eficácia do PGR, reduzindo a ocorrência de não conformidades, acidentes e doenças ocupacionais, e consolidando o inventário como uma ferramenta estratégica para a tomada de decisões preventivas, a redução de passivos e o fortalecimento contínuo da gestão de Saúde e Segurança do Trabalho.

4.13.3. A CONTRATADA deverá atender, com total eficiência, a todos os requisitos técnicos e legais relacionados à identificação e avaliação de perigos e riscos no Inventário de Riscos Ocupacionais do PGR, devendo assegurar a execução precisa, completa e em conformidade com as normas regulamentadoras vigentes.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>6</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

4.13.4. É obrigatório que a CONTRATADA registre informações fidedignas e atualizadas, que reflitam as condições reais dos ambientes, processos e atividades laborais, garantindo a indicação de medidas de controle adequadas e tecnicamente justificadas.


4.13.5. O não atendimento integral das exigências previstas nesta cláusula — incluindo falhas, omissões, inconsistências ou avaliações incompletas — configurará descumprimento contratual, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável. A CONTRATADA deverá, ainda, assegurar que o inventário final entregue possua qualidade técnica suficiente para subsidiar ações preventivas e promover a melhoria contínua da Segurança e Saúde do Trabalho.

4.13.6. A Contratada deverá realizar a Avaliação Ergonômica Preliminar, conforme os critérios estabelecidos na legislação vigente, e incluir obrigatoriamente seus resultados no Inventário de Riscos Ocupacionais do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Os riscos ergonômicos identificados deverão ser devidamente caracterizados, avaliados quanto à severidade e probabilidade, e correlacionados às atividades, funções e postos de trabalho, bem como acompanhados das respectivas medidas de prevenção e controle, garantindo a consistência técnica, a rastreabilidade das informações e a conformidade legal do PGR.

4.13.7. A Contratada deverá realizar a revisão da identificação dos perigos e da avaliação dos riscos ocupacionais, sempre que necessário, com base nos resultados da Avaliação Ergonômica Preliminar (AEP) e Análise Ergonômica do Trabalho (AET), assegurando que o Inventário de Riscos reflita fielmente as condições reais de trabalho e que as medidas de prevenção e controle sejam atualizadas de forma coerente e tecnicamente fundamentada.

4.13.8 O Inventário de Riscos Ocupacionais deve incluir, no mínimo, as informações estabelecidas pela NR-01, tais como:

- a) caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
- b) caracterização das atividades;
- c) descrição dos perigos, com a identificação das fontes e/ou circunstâncias;

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>7</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

- d) indicação das possíveis lesões ou agravos à saúde decorrentes da exposição dos trabalhadores aos perigos;
- e) indicação dos grupos de trabalhadores expostos aos perigos;
- f) descrição das medidas de prevenção implementadas;
- g) caracterização da exposição dos trabalhadores aos perigos;
- h) dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos;
- i) Os resultados da avaliação de ergonomia preliminar e psicossocial nos termos da NR-17;
- j) Avaliação dos riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação.


4.13.9. O Inventário de Riscos Ocupacionais deverá ser mantido atualizado de forma contínua, refletindo as mudanças nas condições de trabalho, nos processos produtivos e na identificação de novos riscos.

4.13.10. A CONTRATADA deverá realizar, avaliações ambientais qualitativas e quantitativas nos ambientes de trabalho da CONTRATANTE, e os resultados dessas avaliações deverão ser registrados, analisados e obrigatoriamente inseridos no Inventário de Riscos Ocupacionais, parte integrante do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), com a devida identificação dos agentes, níveis de exposição, metodologias utilizadas e conclusão técnica quanto à conformidade com os limites de tolerância estabelecidos na legislação vigente.

4.13.11. As avaliações ambientais (higiene ocupacional) devem ser realizadas de modo qualitativo e quantitativo e devem contemplar obrigatoriamente avaliação Física, Química, Biológico, Ergonômica (Psicossocial) e Acidentes.

4.13.12. As avaliações de ruído devem ser realizadas obrigatoriamente pela técnica de dosimetria, em conformidade com a Norma de Higiene Ocupacional nº 01 (NHO-01) da FUNDACENTRO, que trata de Avaliação Ocupacional ao Ruído. A dosimetria de ruído deve cobrir 100% da jornada laboral dos grupos homogêneo de risco (GHE).

4.13.13. A Contratada será responsável pela identificação, definição e classificação dos Grupos Homogêneos de Exposição (GHE), que deverão ser avaliados e devidamente inseridos no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). A definição dos GHE deverá considerar as atividades, funções, processos e condições de trabalho, garantindo que a

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>8</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

avaliação de riscos seja representativa, consistente e tecnicamente fundamentada, assegurando a conformidade com a legislação vigente e a eficácia das medidas de prevenção.

4.13.14. Ao longo da vigência do contrato, poderá surgir a necessidade de inserção de novos Grupos Homogêneos de Exposição (GHE) no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), em função de alterações nas atividades, processos, postos de trabalho ou identificação de novos riscos. Nesses casos, a Contratada será responsável por realizar a definição, avaliação e inclusão dos novos GHE, garantindo que o Inventário de Riscos e Plano de Ação permaneça atualizado, consistente e em conformidade com a legislação vigente, assegurando a proteção contínua dos trabalhadores.

#### **4.14. PLANO DE AÇÃO**


4.14.1 A CONTRATADA deverá elaborar um plano de ação como parte integrante do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), especificando as medidas preventivas a serem adotadas, aprimoradas e mantidas de forma contínua, de acordo com os riscos identificados no inventário, incluindo:

- Descrição das medidas de controle;
- Prazo de execução;
- Responsável designado;
- Forma de verificação da eficácia;
- Indicadores de desempenho;
- Integração com os demais programas e laudos (PCMSO, LTCAT, Laudos, etc.).

4.14.2. A CONTRATADA deverá **assessorar tecnicamente a CONTRATANTE** na implementação das medidas previstas, garantindo sua aplicação nas atividades desenvolvidas. Isso inclui, mas não se limita a:

- Instalação de barreiras de proteção;
- Ajustes de processos;
- Fornecimento e orientação sobre EPI, EPC e Primeiros Socorros;
- Treinamentos e ações educativas;
- Medidas administrativas e organizacionais;



	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>9</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

4.14.3 A CONTRATADA deverá monitorar a implementação das ações previstas avaliando sua eficácia e propondo ajustes sempre que necessário.

4.14.4. O plano de ação deverá ser revisado semestralmente ou sempre que houver:

- Mudança significativa nas condições de trabalho;
- Ocorrência de acidentes ou doenças ocupacionais;
- Atualização legal ou normativa;
- Solicitação formal da CONTRATANTE.

4.14.5. A CONTRATADA deverá elaborar, encaminhar e apresentar à CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil após o encerramento de cada semestre, um Relatório Técnico Consolidado, contendo:

- Ações executadas;
- Resultados obtidos;
- Indicadores de eficácia;
- Pendências e recomendações de melhoria;
- Atualizações no plano de ação.

4.14.6. A CONTRATADA será responsável por garantir que o plano de ação esteja integrado aos demais documentos, programas e laudos exigidos neste TR, assegurando coerência, complementariedade e conformidade com os requisitos legais e diretrizes dos órgãos competentes.

4.14.7. A CONTRATADA deverá manter registro atualizado das ações executadas, com evidências documentais e fotográficas, disponíveis para auditoria interna ou externa.


4.14.8. Quaisquer ações adicionais identificadas durante a execução contratual deverão ser submetidas à avaliação da CONTRATANTE, que poderá aprovar, ajustar ou reprovar conforme critérios técnicos e operacionais.

4.14.9. A CONTRATADA será responsável por emitir recomendações técnicas formais sempre que identificar falhas, limitações ou oportunidades de melhoria nas medidas de prevenção adotadas.

#### 4.15. Inspeções e Monitoramento do Ambiente de Trabalho

a) A Contratada deverá realizar inspeções periódicas e monitoramento contínuo do ambiente de trabalho, avaliando a efetividade das medidas de controle implementadas e a exposição dos trabalhadores a agentes de risco físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais.



	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	10	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

b) As inspeções e monitoramentos deverão ser realizados conforme plano definido pela Contratada e aprovado pela Contratante, contemplando visitas regulares aos setores e áreas de trabalho, com periodicidade mínima semestral, ou sempre que houver alterações significativas nos processos, atividades, layout ou identificação de novos riscos.

c) Durante as visitas, a Contratada deverá realizar:

- Observação direta das condições de trabalho e práticas operacionais;
- Entrevistas e consultas com os trabalhadores, quando necessário, para identificar fatores de risco não evidenciáveis apenas por observação;
- Coleta de dados quantitativos e qualitativos relacionados à exposição a agentes de risco;
- Registro completo das constatações, incluindo lacunas e oportunidades de melhoria.


d) Ao final de cada inspeção ou ciclo de monitoramento, a Contratada deverá elaborar relatório detalhado, contendo:

- Avaliação da efetividade das medidas de controle existentes;
- Identificação de não conformidades ou exposições não controladas;
- Recomendações e medidas corretivas ou preventivas a serem implementadas pela Contratante;
- Atualização do Inventário de Riscos e do PGR, quando aplicável.

4.15. O monitoramento deverá ser contínuo, garantindo que qualquer alteração nas condições de trabalho, processos, ou na exposição dos trabalhadores seja registrada e incorporada ao PGR, assegurando a conformidade legal e a proteção dos trabalhadores ao longo de toda a vigência do contrato.

4.11. O número de trabalhadores possivelmente atingidos deverá ser utilizado como um dos critérios para definir a prioridade das ações de prevenção e controle, conforme os princípios da gestão de riscos ocupacionais previstos na NR-01 e demais normas regulamentadoras aplicáveis.

4.12. As medidas de prevenção previstas no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) deverão ser apresentadas com um cronograma de implementação, contendo os prazos para execução, os responsáveis designados por cada ação, bem como as formas de acompanhamento e os critérios para aferição dos resultados, de modo a permitir o monitoramento da eficácia das medidas e a adoção de ajustes sempre que necessário.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>11</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

4.13 Caso sejam identificadas falhas, limitações ou oportunidades de melhoria, a CONTRATADA deverá informar formalmente à CONTRATANTE, apresentando recomendações técnicas para o aprimoramento das medidas de prevenção adotadas.

4.14. Para a realização das avaliações ambientais dos agentes Físicos, Químicos, Biológicos, a CONTRATADA deverá utilizar equipamentos devidamente calibrados e com certificados de calibração válidos, emitidos por laboratórios rastreados conforme as exigências dos órgãos competentes, garantindo a precisão e confiabilidade dos resultados obtidos.

4.15 Para a elaboração do PGR, não será permitido ou aceito a utilização do equipamento decibelímetro (medidor de nível de pressão sonora ou medidor de leitura instantânea).

4.16 Os métodos utilizados para a avaliação qualitativa e quantitativa deverão ser definidos pela CONTRATADA e descritos de forma detalhada no Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), incluindo nesta descrição do equipamento utilizado, histograma, mapas e doses de cada grupo homogêneo de exposição (GHE).


4.17. As avaliações ambientais (higiene ocupacional) dos agentes químicos identificados deverão ser realizadas de forma quantitativa.

4.18. O agente químico mercaptana, trata-se de um produto químico para odorizar o gás natural e possui a composição de mínimo 77% de Tércio Butil Mercaptana, mínimo 16% de Isopropil Mercaptana e máximo de 4% de n-propil mercaptana;

4.19. As avaliações do agente químico deverão ser realizadas nos seguintes locais conforme tabela abaixo:

<b>Local</b>	<b>Município</b>	<b>Quantidade de avaliações</b>
Estação Aparecida	Manaus	1
Estação Mauá	Manaus	1
Estações Industriais	Manaus	10
Estações Termoelétricas	Manaus	03

4.20. A CONTRATADA deverá realizar as avaliações ambientais referentes à exposição ao agente físico ruído, utilizando dosímetro devidamente calibrado, com certificado de calibração válido, emitido por laboratório rastreado conforme os critérios estabelecidos

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	12	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

por normas técnicas vigentes, assegurando a confiabilidade e validade dos dados obtidos, anexando os relatórios com os resultados nos laudos.

4.21. A CONTRATADA deverá realizar as avaliações de exposição ao agente físico ruído obrigatoriamente por meio da técnica de dosimetria, em conformidade com as Normas Regulamentadoras NR-09 e NR-15, que estabelecem os critérios para avaliação de riscos ocupacionais relacionados a agentes físicos, químicos e biológicos. A dosimetria de ruído deverá abranger 100% da jornada laboral dos trabalhadores pertencentes ao mesmo Grupo Homogêneo de Exposição (GHE).


4.22. As avaliações ambientais realizadas pela CONTRATADA deverão ser acompanhadas por um colaborador previamente designado pela CONTRATANTE, a fim de assegurar o acompanhamento técnico, a transparência dos procedimentos e o alinhamento com as condições operacionais da unidade.

4.23. A CONTRATADA deverá comunicar previamente à CONTRATANTE a data e o horário previstos para a realização das avaliações ambientais, com antecedência de três dias úteis, de forma a permitir o devido planejamento e acompanhamento da atividade pela equipe designada pela CONTRATANTE.

4.24. A CONTRATADA deverá garantir que o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR esteja devidamente integrado aos planos, programas e demais documentos exigidos neste Termo de Referência, bem como àqueles previstos na legislação vigente relacionada à segurança e saúde no trabalho. A integração deverá assegurar a coerência, complementariedade e conformidade entre os instrumentos de gestão, de modo a atender plenamente aos requisitos legais e às diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes.

4.25. A CONTRATADA será responsável pela gestão do plano de ação do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, incluindo o acompanhamento, atualização e controle da execução das medidas nele previstas. Compete ainda à CONTRATADA a realização de treinamentos, palestras e demais ações educativas relacionadas à saúde e segurança do trabalho, conforme definido no plano.

4.26. As demais ações identificadas pela CONTRATADA para implementação no decorrer da execução contratual deverão ser previamente submetidas à avaliação e validação da CONTRATANTE, que poderá aprovar, ajustar ou reprovar as propostas apresentadas, conforme sua conveniência técnica e operacional.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>13</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

4.27. A CONTRATADA deverá elaborar e encaminhar à CONTRATANTE, de forma semestral, relatório técnico contendo o registro das ações executadas no âmbito do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, incluindo informações sobre treinamentos, palestras, atualizações do plano de ação e demais atividades realizadas no período.

4.28. O relatório deverá ser entregue até o 5º (quinto) dia útil após o encerramento de cada semestre, em formato digital (PDF), devidamente assinado pelo responsável técnico habilitado, e enviado para o e-mail institucional indicado pela CONTRATANTE ou outro meio previamente acordado entre as partes.

4.29. A CONTRATADA deverá revisar e atualizar o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR sempre que houver alterações nos processos, atividades ou condições dos ambientes de trabalho que possam modificar o perfil de risco ocupacional previamente identificado.


4.30. A CONTRATADA será responsável pela atualização do PGR sempre que ocorrerem eventos relevantes, tais como acidentes de trabalho, doenças ocupacionais ou quaisquer situações que alterem significativamente os riscos existentes, devendo reavaliar os perigos e propor medidas corretivas e preventivas adequadas.

4.31. A CONTRATADA deverá promover a revisão do PGR sempre que for formalmente solicitada pela CONTRATANTE ou em decorrência de alterações na legislação ou em normas regulamentadoras que impactem os requisitos técnicos do programa, assegurando a conformidade com as disposições legais vigentes.

4.32. As atualizações realizadas deverão contemplar, no mínimo, a revisão dos itens de identificação, avaliação e controle de riscos, inventário de riscos, plano de ação e relatórios técnicos. A versão revisada do PGR deverá ser entregue à CONTRATANTE dentro dos prazos previamente acordados, devidamente assinada pelo responsável técnico competente.

4.33 A CONTRATADA será responsável por apoiar tecnicamente a CONTRATANTE na implementação das ações previstas no Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, garantindo que as medidas adotadas estejam em conformidade com as normas regulamentadoras e demais dispositivos legais aplicáveis.

4.34. Como parte desse apoio, caberá à CONTRATADA fornecer orientação técnica à CONTRATANTE quanto à adoção das medidas de controle dos riscos ocupacionais

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>14</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

identificados no inventário de riscos, com base nas melhores práticas de saúde e segurança do trabalho.

4.35. A CONTRATADA deverá acompanhar os registros de monitoramento da exposição ocupacional, analisando periodicamente os dados obtidos e contribuindo para a identificação de falhas, tendências e a necessidade de ajustes nas estratégias de controle.

4.36. Compete ainda à CONTRATADA apoiar a CONTRATANTE na capacitação e no treinamento das equipes envolvidas no gerenciamento de riscos, promovendo ações educativas alinhadas ao conteúdo do PGR e aos riscos específicos do ambiente de trabalho.

4.37. A CONTRATADA deverá garantir suporte técnico contínuo durante toda a vigência do contrato, mantendo disponibilidade para reuniões, visitas técnicas e esclarecimentos sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

4.38. A CONTRATADA será responsável pela elaboração e entrega de relatórios técnicos de acompanhamento, contendo a avaliação da eficácia das ações implementadas do PGR, bem como por emitir recomendações para ajustes e atualizações no plano de ação sempre que identificada a necessidade de melhorias.


4.39. O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) deverá ser revisado, no mínimo, a cada 2 (dois) anos, conforme previsto na legislação vigente.

4.40. Ressalta-se que essa revisão periódica constitui apenas um marco temporal mínimo, sendo o PGR um documento dinâmico, que deverá ser atualizado sempre que houver modificações que impactem os riscos ocupacionais.

4.41. Os documentos referentes ao PGR, deverão ser entregues de forma individual assistido pela respectiva Anotações de Responsabilidade Técnica – ART do profissional responsável.

## **5. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO E SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO)**

5.1. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) é um programa obrigatório previsto na Norma Regulamentadora nº 07 (NR-07) do Ministério do Trabalho. Seu principal objetivo é promover e preservar a saúde dos trabalhadores, por meio de ações de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce de agravos à saúde relacionados ao trabalho.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>15</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

5.2. A CONTRATADA será integralmente responsável pela gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) e demais dispositivos legais vigentes, cabendo-lhe:

I – Planejar, coordenar e executar o PCMSO, assegurando sua plena implementação e atualização conforme as necessidades da CONTRATANTE;

II – Realizar, direta ou indiretamente, todos os exames médicos ocupacionais, incluindo admissionais, periódicos, de mudança de função, de retorno ao trabalho e demissionais, bem como os exames complementares eventualmente necessários, conforme a função e os riscos identificados;

III – Emitir, gerenciar e arquivar os Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs), garantindo sua disponibilização à CONTRATANTE, bem como a devida integração com os sistemas da empresa e o envio das informações ao e-Social, dentro dos prazos legais;


IV – Elaborar e implementar campanhas de saúde ocupacional com foco preventivo, visando à promoção da saúde, à prevenção de doenças ocupacionais e à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores;

V – Elaborar e entregar relatórios técnicos periódicos sobre a execução do PCMSO, conforme cronograma acordado com a CONTRATANTE, incluindo a apresentação do Relatório Anual do PCMSO, com base nas atividades desenvolvidas e nos dados epidemiológicos apurados;

VI – Manter comunicação contínua com a CONTRATANTE sobre eventuais situações de risco à saúde dos trabalhadores, propondo ações corretivas e preventivas quando necessário.

5.3. A Contratada deverá garantir que o médico do trabalho responsável pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) esteja formalmente registrado como responsável técnico por cada PCMSO sob sua coordenação junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM) do estado em que estiver atuando, conforme disposto no Art. 3º da Resolução CFM nº 2.376, de 18 de janeiro de 2024.

5.4. A Contratada deverá apresentar e manter evidência documental válida que comprove o referido registro junto ao CRM, a qual deverá ser disponibilizada à Contratante, sempre que solicitado ou quando exigido pelos controles de conformidade.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>16</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

5.5. Sempre que o médico do trabalho deixar de ser o responsável por determinado PCMSO, a Contratada deverá assegurar que seja realizada a comunicação oficial ao CRM competente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em conformidade com o parágrafo único do Art. 3º da Resolução CFM nº 2.376/2024.

5.6. A Contratada deverá apresentar evidência documental a contratante, da comunicação realizada ao CRM, mantendo o respectivo registro atualizado, de forma a garantir a rastreabilidade, a conformidade legal e o atendimento aos requisitos do sistema.

5.7. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais, conforme previsto neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

5.8. A CONTRATADA deverá assegurar que o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) seja elaborado e executado em estrita conformidade com a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), bem como em pleno alinhamento com o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) da CIGÁS.

5.9. A CONTRATADA terá um prazo de 60 (sessenta) dias ininterruptos, contados a partir da data de emissão da ordem de serviço para a elaboração do PCMSO e, deverá visitar previamente as instalações da CONTRATANTE, bem como entrar em contato com a Gerência de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde da CONTRATANTE, a fim de obter informações técnicas úteis e imprescindíveis para a sua elaboração;


5.10. A entrega do PCMSO pela CONTRATADA será considerada provisória até que a CONTRATANTE realize a análise técnica do conteúdo apresentado.

5.11. Caso sejam identificadas não conformidades, omissões, inadequações técnicas ou descumprimento de requisitos legais ou normativos, a CONTRATANTE poderá rejeitar total ou parcialmente o documento, solicitando as devidas correções, complementações ou reformulações.

5.12. A CONTRATADA deverá realizar os ajustes solicitados sem ônus adicional, no prazo a ser estipulado pela CONTRATANTE, observando as exigências legais vigentes, especialmente as previstas na NR-7, bem como as condições técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

5.13. O PCMSO somente será considerado aceito e finalizado após a aprovação formal da CONTRATANTE.



	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>17</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

5.14. O PCMSO deverá ser elaborado, implementado e coordenado por Médico do Trabalho, conforme estabelece a Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7).

5.15. O médico coordenador do PCMSO da CIGÁS, a ser designado pela CONTRATADA, deverá ser profissional legalmente habilitado na área de Medicina do Trabalho, com especialização em Medicina Ocupacional, e estar devidamente registrado e em situação regular junto ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (CRM-AM).

5.16. O médico do trabalho designado pela CONTRATADA será o responsável técnico pelo PCMSO da CONTRATANTE, exercendo a coordenação, supervisão e acompanhamento integral do programa durante toda a vigência do contrato.

5.17. A CONTRATADA deverá assegurar o integral cumprimento da Norma Regulamentadora nº 07 (NR-07) – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), observando e implementando todos os requisitos e diretrizes nela previstos, naquilo que for aplicável às atividades, funções e exposições inerentes ao processo de trabalho desenvolvido na CIGÁS.

5.18. A CONTRATADA deverá elaborar um planejamento anual das ações de saúde ocupacional, o qual deverá ser obrigatoriamente atualizado sempre que houver alterações nos processos de trabalho, nos riscos ocupacionais, nas condições laborais ou nas exigências legais aplicáveis.


5.19. A CONTRATADA deverá assumir a gestão técnica e operacional do módulo de medicina ocupacional no sistema corporativo utilizado pela CONTRATANTE (ex: Senior), garantindo a integração, consistência e rastreabilidade das informações relacionadas à saúde ocupacional dos colaboradores.

Essa atividade deverá ser executada por equipe qualificada e com competência técnica comprovada, com domínio das funcionalidades do sistema e conhecimento atualizado sobre as exigências legais (NRs, eSocial, LGPD).

As responsabilidades da CONTRATADA incluem, mas não se limitam a:

- a) Realizar o lançamento, validação e atualização de dados clínicos e ocupacionais no sistema;
- b) Garantir a integração entre os dados de exames, ASOs, prontuários, riscos ocupacionais e eventos do eSocial;



	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	18	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

- c) Operar o sistema de forma a assegurar o envio correto e tempestivo dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240;
- d) Emitir relatórios gerenciais e operacionais conforme demanda da CONTRATANTE;
- e) Apoiar tecnicamente os setores de Recursos Humanos, Segurança do Trabalho e TI da CONTRATANTE;
- f) Corrigir inconsistências e manter a conformidade com os layouts e regras do eSocial;
- g) Garantir a segurança da informação e a conformidade com a LGPD, com controle de acesso e rastreabilidade dos registros.

5.20. A CONTRATADA deverá direcionar profissional presencialmente disponível para atendimento, preenchimento de informações no sistema da contratante, conforme cronograma acordado, para suporte técnico, operação do sistema e atendimento às demandas da CONTRATANTE.

5.21. A CONTRATADA deverá manter o PCMSO permanentemente atualizado, registrando e disponibilizando à CONTRATANTE todas as versões e evidências de execução, atendendo às solicitações e auditorias sempre que requeridas.

5.22. O médico responsável pelo PCMSO, caso observe inconsistências no inventário de riscos da organização, deve reavaliá-las em conjunto com os responsáveis pelo PGR.


5.23. A CONTRATADA deverá disponibilizar, obrigatoriamente, Médico do Trabalho, Psicólogo ocupacional e Auxiliar de enfermagem, duas visitas mensais à sede da CIGÁS, para a realização de consultas sendo:

a) Uma visita com data previamente acordada entre as partes, de caráter fixo e regular, para consultas médicas e psicológica;

b) Uma visita sob demanda, a ser realizada conforme necessidade da CONTRATANTE, mediante solicitação.

c) A realização de atendimento médico ocupacional, de no mínimo 8 horas/mês na sede da CONTRATANTE, quando demandado.

5.24. A CONTRATADA será responsável pelo planejamento, coordenação e execução de todos os exames médicos ocupacionais exigidos pela legislação vigente, assegurando a emissão e assinatura do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, conforme previsto na NR-7.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>19</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

5.25. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, realizar os exames médicos ocupacionais relacionados a seguir:

- a) Admissional:
- b) Periódico:
- c) Mudança de Função com alteração de risco:
- d) Retorno ao Trabalho:
- e) Demissional:

5.26. Todos os integrantes da equipe de resposta a emergências (brigadistas) deverão ser submetidos a exames médicos específicos para a função que irão desempenhar, conforme previsto na NR-07 e disposto no PCMSO, incluindo avaliação dos fatores de riscos psicossociais. Após a realização dos exames, deverá ser emitido o respectivo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), garantindo aptidão para atividades críticas como combate a incêndio, primeiros socorros e evacuação de áreas.

5.27. A CONTRATADA, ao realizar os exames clínicos, deverá obedecer aos prazos e à seguinte periodicidade:

I - no exame admissional: ser realizado antes que o empregado assuma suas atividades;


II - no exame periódico: ser realizado de acordo com os seguintes intervalos:

5.28. Para empregados expostos a riscos ocupacionais identificados e classificados no PGR e para portadores de doenças crônicas que aumentem a susceptibilidade a tais riscos:

- a ) a cada ano ou a intervalos menores, a critério do médico responsável;
- b) para os demais empregados, o exame clínico deve ser realizado a cada dois anos.

5.29. A CONTRATADA deverá realizar o exame clínico de retorno ao trabalho antes que o empregado reassuma suas atividades laborais. Esse exame deverá ser obrigatoriamente realizado sempre que o trabalhador tiver se afastado por período igual ou superior a 14 (quatorze) dias, em decorrência de doença ou acidente, independentemente de sua natureza ocupacional.

5.30. No exame de retorno ao trabalho, a CONTRATADA deverá realizar avaliação médica criteriosa, a qual deverá indicar, quando necessário, a recomendação de retorno

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	20	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

gradativo às atividades laborais, observadas as condições de saúde do empregado e os riscos ocupacionais envolvidos.

5.31. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, realizar o exame médico de mudança de risco ocupacional antes da data da alteração nas atividades ou condições de trabalho que impliquem em novos riscos. O controle médico deverá ser adequado aos novos agentes de risco identificados, garantindo a preservação da saúde e integridade física do trabalhador.

5.32. A CONTRATADA deverá realizar o exame clínico demissional no prazo máximo de até 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato de trabalho. Este exame poderá ser dispensado caso o exame médico ocupacional mais recente tenha sido realizado há menos de 90 (noventa) dias e ainda seja válido para os riscos aos quais o trabalhador estava exposto.


5.33. Os exames complementares laboratoriais previstos no PCMSO deverão ser realizados por laboratórios devidamente credenciados, com responsabilidade técnica comprovada, sendo obrigatórios nas situações em que o levantamento preliminar do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) indicar a necessidade de medidas de prevenção imediatas, ou quando houver exposições ocupacionais acima dos níveis de ação definidos na NR-9, ou ainda conforme a classificação de riscos identificada no próprio PGR.

5.34. Os resultados deverão ser tratados com confidencialidade e disponibilizados à Contratante conforme as normas vigentes.

5.35. Para cada exame clínico ocupacional realizado pela CONTRATADA, o médico emitirá o respectivo Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, o qual deverá ser comprovadamente disponibilizado ao empregado. O ASO será fornecido em meio físico sempre que solicitado pelo trabalhador.

5.36. O ASO deve conter no mínimo:

- a) razão social e CNPJ ou CAEPF da organização;
- b) nome completo do empregado, o número de seu CPF e sua função;
- c) a descrição dos perigos ou fatores de risco identificados e classificados no PGR que necessitem de controle médico previsto no PCMSO, ou a sua inexistência;
- d) indicação e data de realização dos exames ocupacionais clínicos e complementares a que foi submetido o empregado;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	21	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

e) definição de apto ou inapto para a função do empregado;

f) o nome e número de registro profissional do médico responsável pelo PCMSO, se houver;

g) data, número de registro profissional e assinatura do médico que realizou o exame clínico.

5.37. A CONTRATADA deverá garantir que os profissionais designados para a execução dos serviços estejam devidamente avaliados quanto à aptidão para o exercício de atividades específicas, devendo tal aptidão estar expressamente consignada no Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), observando-se todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis à atividade desenvolvida.

5.38. A CONTRATADA será responsável pela emissão, controle, guarda e arquivamento dos Atestados de Saúde Ocupacional – ASO, assegurando a confidencialidade das informações médicas, em conformidade com a legislação vigente.


a) Os ASOs deverão conter as informações obrigatórias exigidas pelo PCMSO, assinados pelo médico responsável.

b) Os documentos deverão ser disponibilizados à CONTRATANTE em meio físico e digital, conforme acordado, para fins de controle, auditoria e comprovação legal.

5.39. A CONTRATADA deverá emitir os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) dos empregados da CONTRATANTE, garantindo que os documentos sejam devidamente assinados pelo médico examinador, pelo médico responsável pelo PCMSO e pelo próprio colaborador, e que sejam entregues dentro dos prazos estabelecidos pela CONTRATANTE.

5.40. A CONTRATADA deverá disponibilizar, presencialmente na sede da CIGÁS, um profissional de saúde e segurança do trabalho com proficiência no envio dos eventos do eSocial, com a finalidade de realizar o envio dos eventos de saúde ocupacional ao eSocial (S-2220 e S-2240) até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, referentes aos Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) e às alterações nos fatores de risco ocorridas no mês imediatamente anterior, em conformidade com as exigências legais vigentes.

5.41. A CONTRATADA deverá garantir que o envio desses eventos ocorra dentro do prazo estabelecido, de forma completa, precisa e em conformidade com os layouts e regras técnicas definidos pelo eSocial. Eventuais erros identificados durante o envio

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	22	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

deverão ser prontamente corrigidos, de modo a assegurar o envio efetivo e válido das informações dentro do prazo legal.

5.42. A CONTRATADA deverá realizar os exames médicos que envolvem: (i) avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental, e (ii) exames complementares, com a emissão do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com indicação de aptidão para execução de atividades envolvendo eletricidade (NR10), espaço confinado (NR33), trabalho em altura (NR35) e quando aplicável a indicação quanto a aptidão para atividade de brigadista, conforme procedimentos médicos a seguir:


a) Exame Médico Admissional, compreendendo: exame físico e mental e psicossocial que deve ser realizada por todos os empregados no momento de sua admissão, antes de assumir suas atividades na CONTRATANTE. Deve ser avaliado a existência de patologias ou condições predisponentes que venham a se agravar com o exercício da atividade pretendida;

b) Exames periódicos: avaliação clínica ocupacional com o objetivo de avaliar a saúde do empregado e identificar precocemente patologias, devendo ser: (i) para empregados expostos a riscos ou situações de trabalho que impliquem o desenvolvimento ou agravamento de doença ocupacional, os exames específicos devem ser repetidos em conformidade com o período de validade dos mesmos; (ii) para os demais empregados, por opção da CONTRATANTE em ampliar as condições de prevenção, a rotina será anual, independente da faixa etária;

c) Exames de mudança de função: avaliação clínica ocupacional realizada obrigatoriamente antes da data da mudança, desde que a mudança implique na exposição do empregado a risco diferente daquele a que estava exposto anteriormente à mudança;

d) Exames demissionais: avaliação clínica ocupacional realizada obrigatoriamente até a data da homologação, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 90 (noventa) dias. Para os empregados expostos a riscos, este exame deve ser feito, independentemente da data de realização do último exame médico;

e) Exames especializados para emissão do ASO: Deverão ser realizados em conformidade com os exames indicados no PCMSO vigente.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>23</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

5.43. A CONTRATADA será responsável pela gestão e controle dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) e deverá encaminhar à CONTRATANTE, com a devida antecedência, uma carta contendo a relação dos colaboradores que realizarão os exames ocupacionais no período.

5.44. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, de forma mensal, o quantitativo de colaboradores que deverão ser encaminhados à clínica para a realização dos exames ocupacionais com as devidas orientações cabíveis.

5.45. A CONTRATADA deverá encaminhar previamente à área de Recursos Humanos da CONTRATANTE carta formal contendo a relação nominal dos colaboradores que serão convocados para a realização dos exames ocupacionais, conforme cronograma estabelecido.


5.46. Caso haja necessidade, a CONTRATADA deverá realizar exames complementares em medicina ocupacional em situações excepcionais, abrangendo avaliação/inspeção e emissão de laudo técnico conclusivo, com a finalidade de averiguar o nexo causal entre a doença ou acidente motivadora da incapacidade laborativa do colaborador e as atividades por ele desempenhadas; avaliar a capacidade laborativa residual; e verificar as condições de trabalho, incluindo mobiliário, equipamentos dos postos de trabalho, condições ambientais e a organização do trabalho.

5.47. A CONTRATADA deverá informar previamente à CONTRATANTE, apresentando a justificativa técnica e o respectivo valor dos serviços, que somente poderão ser autorizados, executados e pagos mediante avaliação e aprovação expressa da CONTRATANTE, nos termos do contrato firmado.

5.48. A CONTRATADA deverá realizar, preferencialmente, todos os procedimentos identificados no PCMSO em **UM ÚNICO DIA**, de modo a evitar que os colaboradores tenham de retornar ao seu estabelecimento em mais de uma ocasião.

5.49. A CONTRATADA deverá fornecer lanche (kit desjejum), garantindo conformidade dietética, a higiene, a segurança alimentar certificada e praticidade no consumo.

5.50. A CONTRATADA deverá elaborar e manter o **Prontuário Clínico Individual** de cada trabalhador avaliado, contendo os dados obtidos nos exames médicos (admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais), incluindo:

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>24</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

- Avaliação clínica;
- Exames complementares;
- Conclusões médicas;
- Medidas adotadas.

5.51. O prontuário deverá ser mantido sob a responsabilidade do **médico-coordenador do PCMSO**, em conformidade com as normas do Conselho Federal de Medicina (CFM), do Conselho Federal de Psicologia (quando aplicável), e da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**.

5.52. A CONTRATADA deverá:


- Receber da CONTRATANTE o **histórico clínico dos trabalhadores** oriundo de clínicas anteriores, em **formato físico e digital**, garantindo a continuidade e integridade das informações;
- Consolidar os dados recebidos no **prontuário clínico digital individual**;
- Manter os prontuários em **sistema homologado**, com **backup automático, controle de acesso restrito e criptografia de dados**;
- Garantir o arquivamento dos prontuários por **20 (vinte) anos após o desligamento do empregado**, conforme exigência legal;
- Restringir o acesso aos prontuários a profissionais autorizados, mediante autenticação segura;
- Assumir **responsabilidade contratual por eventual perda, vazamento ou uso indevido das informações**, conforme cláusula específica de proteção de dados.

5.53. A CONTRATADA deverá assegurar que o sistema utilizado esteja em conformidade com os princípios da LGPD, assegurando a **confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade** dos dados clínicos dos trabalhadores.

5.54. No caso de substituição do médico-coordenador, rescisão de contrato de prestação de serviços e/ou o caso de seu encerramento, os registros a que se referem os parâmetros da NR-7 devem ser repassados ao novo médico-coordenador do PCMSO, a ser indicado pela CONTRATADA, assim como a atualização do referido programa.

5.55. A área de Departamento Pessoal da CONTRATANTE deverá encaminhar semanalmente à CONTRATADA todos os atestados médicos recebidos. A



	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>25</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

CONTRATADA, por sua vez, deverá consolidar essas informações e elaborar um **relatório técnico analítico**, contendo:

- Quantitativo de afastamentos por período;
- Tempo perdido (em horas/dias);
- Principais causas dos afastamentos;
- Correlação com riscos ocupacionais identificados no PGR;
- Recomendações preventivas.

5.56. O relatório deverá ser entregue à área de Recursos Humanos da CONTRATANTE **até o 5º (quinto) dia útil da semana subsequente**, em formato **digital (PDF)**, devidamente assinado pelo responsável técnico.”

5.57. A gestão de indicadores de saúde ocupacional deverá ser realizada pela CONTRATADA, integrando os relatórios periódicos do PCMSO e PGR, sem ônus adicional, salvo quando houver solicitação de análises avançadas ou relatórios específicos pela CONTRATANTE.

**5.58. Indicadores obrigatórios a serem monitorados:**

- Índice de absenteísmo;
- Tempo perdido por motivo de saúde;
- Taxa de incidência de doenças ocupacionais Fórmula:  $(N^{\circ} \text{ de afastamentos por doença ocupacional} \div \text{Total de afastamentos}) \times 100.$ ;
- Taxa de retorno ao trabalho;
- Índice de afastamentos por NTEP (Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário);

**5.59. Periodicidade e formato:**


- Relatórios **semestral** (ou conforme definido pela CONTRATANTE), em formato **digital (PDF)**, assinados pelo responsável técnico.

**5.60. Conteúdo mínimo do relatório:**

- Indicadores consolidados e comparativos com períodos anteriores;
- Análise crítica das tendências e correlações com riscos ocupacionais identificados no PGR;
- Plano de ação com metas de melhoria e prazos;
- Integração com o Relatório Anual do PCMSO (item 5.64).

5.61. A CONTRATADA deverá emitir o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) em meio físico para os colaboradores cujos vínculos laborais se referem a períodos



	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	26	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

anteriores a 1º de janeiro de 2023, encaminhando os documentos à CONTRATANTE, que será responsável por entregá-los aos respectivos trabalhadores que efetuarem a solicitação.

5.62. O Perfil Profissiográfico Previdenciário deve ser entregue à CONTRATANTE no prazo máximo de 5 dias úteis após a solicitação do mesmo.

5.63. Para execução desta tarefa o médico-coordenador responde pelos dados de monitoração biológica articulando-se com as Gerências de QSMS e de Recursos Humanos da CONTRATANTE.

5.64. A CONTRATADA deverá elaborar e entregar à CONTRATANTE o Relatório Analítico do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), em conformidade com a NR-07, garantindo que o documento reflita fielmente os dados consolidados, as ações desenvolvidas e as avaliações clínicas e ocupacionais realizadas durante a vigência do contrato.

5.65. Prazos e periodicidade:


- Primeira versão: até 90 (noventa) dias após a entrega do PCMSO;
- Relatórios periódicos: semestral;
- Relatório final: até 15 (quinze) dias antes do encerramento do contrato.

5.66. Formato e conteúdo mínimo:

- Entrega em formato digital (PDF), com assinatura do responsável técnico;
- Indicadores de saúde ocupacional (incluindo % de não conformidades em exames e % de afastamentos por doença ocupacional);
- Análise crítica das tendências e correlações com riscos do PGR;
- Plano de ação com metas de melhoria;
- Integração com o Relatório Anual do PCMSO previsto na NR-07.

5.67. Sempre que solicitado pela contratante, e sob demanda, o médico do trabalho deverá prestar apoio técnico à empresa em casos específicos de contestação administrativa de Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), quando for identificada a concessão de benefício previdenciário acidentário (código B91) pelo INSS, sem que haja nexos causal evidenciado entre a doença e a atividade exercida pelo colaborador.

5.68. Nessas situações, caberá ao médico do trabalho, quando solicitado, analisar tecnicamente o caso e, se for pertinente, elaborar laudos periciais, pareceres técnicos ou

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>27</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

outros documentos médicos ocupacionais que subsidiem a contestação junto aos órgãos competentes, em articulação com os setores jurídico, de recursos humanos e saúde e segurança da empresa.

5.69. Da mesma forma, o médico do trabalho poderá ser acionado para prestar apoio técnico na análise de dados relacionados ao Fator Acidentário de Prevenção (FAP), após a sua divulgação anual, revisando casos considerados no cálculo, com a finalidade de verificar a pertinência dos afastamentos registrados e auxiliar na contestação de vínculos indevidos ou inconsistentes.

5.70. A prestação dos serviços descritos nesta cláusula será realizada apenas mediante demanda expressa da contratante, não sendo considerada como atividade de rotina, e deverá respeitar os prazos e formatos definidos pelas instâncias administrativas competentes.


5.71. A contratada deverá realizar palestras mensais ao longo da vigência contratual, com temas técnicos ligados à medicina e segurança do trabalho, diretamente relacionados às atividades, produtos e serviços da CONTRATANTE. Os temas deverão priorizar os exigidos pela legislação vigente (como as Normas Regulamentadoras) e outros que se façam necessários, definidos previamente entre as partes.

5.72. Para execução desta atividade, o médico-coordenador deverá considerar os temas indicados no PCMSO e elaborar um cronograma anual único, que contemple também as campanhas médicas preventivas (item 5.56), a ser entregue junto com a primeira emissão dos programas PGR e PCMSO, para prévia aprovação da CONTRATANTE.

5.73. Cada palestra deverá ter carga horária mínima de 1 (uma) hora, com definição clara do público-alvo conforme perfil de risco das atividades, podendo ser realizada em formato presencial ou remoto. A contratada deverá, lista de presença e registro fotográfico ou audiovisual, quando aplicável.

5.74. A contratada deverá realizar campanhas médicas preventivas mensais, com tempo estimado de 3 (três) horas por Mês, conforme cronograma anual único elaborado pelo médico-coordenador e aprovado previamente pela CONTRATANTE.

5.75. As campanhas deverão abranger procedimentos médicos e ações educativas voltadas à prevenção de doenças ocupacionais, podendo incluir exames preventivos, orientações sobre saúde mental, ergonomia, vacinação, entre outros temas pertinentes

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>28</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

às atividades da CONTRATANTE devendo apresentar lista de participantes, registros visuais.

5.76. A contratada deverá apresentar cronograma conforme estrutura abaixo:

Mês	Tema da Palestra	Tema da Campanha Médica	Carga Horária Palestra (h)	Carga Horária Campanha (h)	Público-Alvo	Formato	Indicadores de Eficácia
-----	------------------	-------------------------	----------------------------	----------------------------	--------------	---------	-------------------------

5.77. Homologação de Atestados Médicos: realizar homologação de atestados médicos referentes a licenças médicas concedidas;

5.78. Avaliação Médica para encaminhamento à Perícia Médica da Previdência Social: realizar avaliação de atestados médicos referentes a licenças médicas concedidas por período superior a 15 (quinze) dias;

5.79. Avaliação Médica para caracterização ou descaracterização de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, e de insalubridade e de periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, com emissão de laudos com parecer conclusivo;


5.80. Emissão de pareceres médicos a fim de prevenir, acompanhar e avaliar a saúde dos colaboradores da CONTRATANTE;

5.81. Enviar as documentações dos colaboradores demitidos a CONTRATANTE em meio físico e eletrônico através de protocolo de entrega;

5.82. Quando solicitado, o médico do trabalho da CONTRATADA deverá entrar em contato com a área de medicina ocupacional dos diversos clientes da CONTRATANTE, a fim de dirimir dúvidas referentes à realização de determinados procedimentos (exames) exigidos pelos mesmos para acesso dos empregados da contratante nas suas instalações, dando retorno no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

5.83. O Relatório Anual do PCMSO, deve ser elaborado de acordo com os requisitos descritos na NR-07, contendo a descrição completa das atividades desenvolvidas durante o período contratual, com elaboração de quadro comparativo entre as ações de saúde proposta no planejamento anual e as ações efetivamente realizadas no período, além da elaboração do Quadro III, proposto na NR-07, o mesmo, deve estar concluído e entregue a CONTRATANTE, no máximo, até 15 (quinze) dias antes do encerramento do contrato, em arquivo eletrônico, elaborado em editor de texto (formato Word e PDF), e 01 (uma) cópia impressa encadernada, devidamente assinada pelo médico-coordenador.

## 6. DESFIBRILADOR AUTOMÁTICO EXTERNO – DEA

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	29	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

6.1. O Desfibrilador Externo Automático (DEA) é um equipamento médico portátil projetado para identificar e tratar automaticamente arritmias cardíacas graves, como a fibrilação ventricular e a taquicardia ventricular sem pulso, por meio da aplicação de choques elétricos controlados ao coração. O DEA é de fácil utilização, orientando o usuário passo a passo durante a emergência, permitindo que mesmo pessoas sem treinamento avançado realizem a desfibrilação de forma segura e eficaz. O equipamento é essencial para aumentar as chances de sobrevivência em casos de parada cardíaca súbita.

6.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, nas dependências da Sede da CONTRATANTE, 01 (um) equipamento Desfibrilador Externo Automático (DEA), com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia), para utilização em situações de emergência.


6.3. A CONTRATADA deverá realizar a entrega completa do equipamento, acompanhado de todos os acessórios solicitados neste Termo de Referência, garantindo seu perfeito funcionamento no local indicado pela CIGÁS.

6.4. O teste operacional será realizado no ato da entrega do equipamento, com o objetivo de validar o funcionamento e assegurar que o DEA atenda plenamente às especificações técnicas. Após a conclusão do teste, deverá ser emitido o Relatório Técnico de Entrega e Instalação, contendo o registro das verificações realizadas e a confirmação do pleno funcionamento do equipamento.

6.5. Além disso, a CONTRATADA deverá ministrar treinamento presencial básico aos colaboradores indicados pela CONTRATANTE, sem custo adicional, devendo já estar incluídos no valor total de sua proposta, abordando o uso correto do equipamento, cuidados operacionais, manutenção preventiva e procedimentos em situações de emergência, devendo emitir certificado de participação aos treinados.

6.6. A CONTRATADA deve oferecer apoio técnico especializado por telefone ou presencial, caso seja necessário, no período de assistência técnica do produto, para tirar eventuais dúvidas sobre a utilização do material que não tenham sido esclarecidas durante a demonstração;

6.7. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, num prazo de no máximo de 05 (cinco) dias úteis, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições no

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>30</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

produto, decorrente de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante;

6.8. Evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título;


6.9. Deverá, ainda, assegurar que o equipamento esteja em plenas condições de uso, com apresentação regular do respectivo certificado de calibração atualizado. A CONTRATADA também será responsável por realizar treinamentos periódicos destinados aos trabalhadores indicados pela CONTRATANTE, a fim de garantir a correta utilização do equipamento.

6.10. A CONTRATADA deverá seguir as seguintes características técnicas para o fornecimento do equipamento Desfibrilador Externo Automático (DEA):

6.11. Fornecimento de 01 (um) Desfibrilador Externo Automático (DEA) com as seguintes especificações mínimas:

a) O equipamento desfibrilador externo automático (DEA) deverá ser portátil, compacto, leve, com microprocessador interno e alça incorporada ao gabinete, facilitando o transporte. Deve ser compatível para uso em pacientes adultos, apresentando dimensões reduzidas que favoreçam sua instalação em ambientes diversos. O DEA deverá ser projetado especificamente para atendimentos em situações de emergência cardíaca, com aplicação por meio de pás adesivas de uso único, contendo ilustrações claras que orientem o correto posicionamento no paciente. O equipamento deve, ainda, oferecer suporte básico de vida, apresentando identificação visual por meio de etiquetas com leitura simbólica e numérica, orientando de forma sequencial os passos da Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP).

b) A CONTRATADA será integralmente responsável por todas as atividades relacionadas à manutenção preventiva e corretiva do equipamento Desfibrilador Externo Automático (DEA), disponibilizado nas dependências da Sede da CONTRATANTE. A responsabilidade da CONTRATADA inclui, sem limitação, a garantia do pleno funcionamento do equipamento durante todo o período contratual, sendo vedado qualquer repasse de custos ou encargos à CONTRATANTE.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>31</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

c) A CONTRATADA deverá realizar manutenções preventivas periódicas no equipamento, observando rigorosamente as recomendações do fabricante, bem como as normas técnicas aplicáveis. Todas as ações de manutenção preventiva deverão ser documentadas e disponibilizadas à CONTRATANTE sempre que solicitadas.


d) O certificado deverá ser disponibilizado para a CONTRATANTE.

e) Em caso de falha, defeito, anormalidade ou qualquer irregularidade que comprometa o uso seguro e eficaz do equipamento, a CONTRATADA deve realizar, por sua conta exclusiva, deverá substituir de imediato o equipamento por outro em perfeitas condições de uso, sem prejuízo à continuidade do serviço e sem custos adicionais à CONTRATANTE.

f) A CONTRATADA será responsável pela realização de treinamentos periódicos destinados aos colaboradores indicados pela CONTRATANTE, com o objetivo de garantir a correta e segura utilização do Desfibrilador Externo Automático (DEA) em situações de emergência. Esses treinamentos deverão abordar os princípios do Suporte Básico de Vida (SBV), o reconhecimento de paradas cardiorrespiratórias, os procedimentos de atendimento inicial, manuseio prático do equipamento, entre outros que se façam necessários.

g) A CONTRATADA compromete-se a realizar, obrigatoriamente, treinamento duas vezes ao ano, em data acordada com a CONTRATANTE, abrangendo todos os colaboradores por ela designados. O conteúdo programático, a carga horária, o material didático e o profissional responsável pela capacitação deverão estar em conformidade com as diretrizes da American Heart Association (AHA), do Conselho Nacional de Ressuscitação (CNR) ou entidade equivalente, devendo ser comprovada a qualificação técnica dos instrutores.

h) Todos os treinamentos deverão ser ministrados de forma presencial, com abordagem teórico-prática, de modo a garantir a assimilação adequada dos conteúdos e a aplicação correta dos procedimentos em situações de emergência. A capacitação deverá incluir simulações práticas do uso real do Desfibrilador Externo Automático (DEA), utilizando equipamentos de treinamento e cenários simulados que reproduzam, com fidelidade, condições reais de atendimento a vítimas em parada cardiorrespiratória.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	32	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

i) Ao final de cada ciclo de treinamento, a CONTRATADA deverá emitir certificados individuais de participação, contendo nome do participante, data, carga horária, conteúdo programático, identificação e assinaturas do instrutor responsável, aluno, bem como manter controle de presença e registros documentais acessíveis à CONTRATANTE.

j) Os treinamentos deverão ser realizados nas dependências da sede da CONTRATANTE. No entanto, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o fornecimento de equipamentos auxiliares, materiais de apoio, simulações práticas e quaisquer outros recursos indispensáveis à eficácia do aprendizado, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

## 6.12. SERVIÇOS ADICIONAIS DE APOIO À SAÚDE E EMERGÊNCIA

6.12.1. A contratada deverá disponibilizar serviço de ambulância tipo B (suporte básico) com equipe treinada, para atendimento emergencial em caso de Quando houver acidentes/traumas com vítimas, mal súbito, Na ocorrência de problemas cardio-respiratórios, Intoxicação exógena e envenenamento, Queimaduras graves, Choque elétrico, Acidentes com produtos perigosos, Suspeita de Infarto ou AVC, Agressão por arma de fogo ou arma branca, Crises convulsivas, outras situações consideradas de urgência ou emergência, com risco de morte, sequela ou sofrimento intenso nas instalações da contratante ou Transferência inter-hospitalar de colaboradores, com tempo de resposta máximo de 15 minutos a partir da solicitação.


6.12.2 O serviço poderá ser sob demanda ou com permanência em local estratégico, conforme definido em contrato.

6.12.3. Quando houver necessidade de encaminhamento médico, a contratada deverá se deslocar para unidade de atendimento que a vítima foi direcionada e realizar o acompanhamento do boletim de saúde do colaborador até chegada da área de Recursos Humanos da contratante, conforme orientação da contratante, garantindo a comunicação com os responsáveis da empresa e o registro completo da ocorrência.

6.12.4. A contratada deverá elaborar laudos periciais técnicos sob demanda da contratante, especialmente em casos de acidentes de trabalho com afastamento, denúncias, fiscalizações ou processos judiciais.

6.12.5. Os laudos deverão conter: identificação do evento, análise técnica das causas, medidas corretivas recomendadas, evidências fotográficas (quando aplicável),



	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>33</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

fundamentação legal (NRs, CLT, legislação previdenciária) e assinatura de profissional legalmente habilitado. 6.2.2 O prazo máximo para entrega do laudo será de 10 dias úteis após a solicitação formal, salvo prazos específicos definidos pela contratante.

## 7. LAUDOS TÉCNICOS OCUPACIONAIS: INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE E LTCAT


7.1. Para o cumprimento das normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho, é imprescindível a elaboração e atualização de documentos técnicos que avaliem os riscos ocupacionais presentes nas atividades laborais. Dentre esses documentos, destacam-se o **Laudo de Insalubridade, o Laudo de Periculosidade e o Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)**.

7.2. Os laudos deverão ser elaborados por profissional legalmente habilitado, devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, sendo obrigatoriamente **Engenheiro de Segurança do Trabalho** ou **Médico do Trabalho**, conforme a natureza do documento e a legislação vigente. O profissional responsável deverá identificar-se no laudo por meio de sua assinatura, número de registro e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente.

7.3. A CONTRATADA será responsável pela execução de avaliações qualitativas e quantitativas da exposição ocupacional, devendo utilizar metodologias reconhecidas pelas Normas de Higiene Ocupacional da Fundacentro (NHO), pela ABNT ou pela ACGIH, conforme aplicável, utilizando instrumentos de medição devidamente calibrados, com apresentação dos certificados de calibração válidos. As medições deverão refletir as reais condições operacionais dos ambientes de trabalho, e deverão ser documentadas em relatório técnico individualizado por agente avaliado.

7.4. A CONTRATADA deverá registrar de forma documental e detalhada todas as etapas das avaliações, incluindo os dados técnicos das medições, os equipamentos utilizados, os parâmetros de aferição, as condições ambientais e operacionais durante as medições, e os resultados obtidos. Esses registros deverão ser apresentados em relatórios anexos ao laudo, acompanhados de mapas ou croquis dos locais de medição.

7.5. A CONTRATADA deverá emitir o Laudo Técnico de Insalubridade de forma completa, objetiva e fundamentada, contemplando todas as informações exigidas pela NR-15 e legislação correlata, tais como: descrição dos ambientes e setores avaliados; identificação dos agentes; anexos da NR-15 aplicáveis; metodologia utilizada; resultados obtidos; caracterização (ou não) da insalubridade; definição do grau de insalubridade (mínimo, médio ou máximo); e recomendações de medidas preventivas, corretivas ou de controle. O laudo deverá ser assinado

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>34</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

por profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA ou CRM, conforme o caso.

7.6. A CONTRATADA será responsável por entregar o laudo em versão impressa, encadernada, com páginas rubricadas e assinatura do responsável técnico, bem como em formato digital (PDF), assinado eletronicamente com certificado ICP-Brasil. Os documentos deverão ser organizados por setor ou localidade, com padronização visual e técnica, e entregues no prazo estabelecido no cronograma do contrato.

7.7. A CONTRATADA será responsável por avaliar os Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) fornecidos aos trabalhadores, devendo analisar sua adequação ao risco identificado, sua eficácia na eliminação ou neutralização da exposição, bem como os registros de entrega, uso, treinamento e manutenção dos EPIs. Caso se conclua que os EPIs eliminam o risco, a contratada deverá apresentar justificativa técnica fundamentada, conforme previsto no item 15.4 da NR-15 e na NR-06.


## 7.8. LAUDOS DE INSALUBRIDADE

7.8.1. O **Laudo de Insalubridade** tem como finalidade identificar a exposição dos trabalhadores a agentes físicos, químicos ou biológicos que, por sua natureza, intensidade e tempo de exposição, possam causar danos à saúde, conforme critérios estabelecidos pela Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15).

7.8.2. A CONTRATADA será integralmente responsável pela elaboração, emissão e atualização do **Laudo Técnico de Insalubridade (LTI)**, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) e demais legislações aplicáveis, devendo observar, com rigor técnico e legal, os seguintes compromissos:

7.8.3. A CONTRATADA deverá realizar o levantamento técnico dos agentes insalubres nos ambientes de trabalho, identificando de forma precisa os agentes físicos, químicos e biológicos previstos nos Anexos da NR-15, observando a natureza, intensidade, concentração e forma de exposição aos referidos agentes, bem como os setores, postos de trabalho, tarefas executadas, frequência e duração da exposição dos trabalhadores.

7.8.4. A **contratada** deverá realizar **avaliações ambientais quantitativas e qualitativas**, com a finalidade de **identificar e mensurar os agentes físicos, químicos e biológicos** presentes nos ambientes de trabalho, conforme as diretrizes estabelecidas na **NR-09 (Programa de Gerenciamento de Riscos)** e na **NR-15 (Atividades e Operações Insalubres)** do Ministério do Trabalho e Emprego.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>35</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

7.8.5. As avaliações deverão utilizar **metodologias reconhecidas pela ACGIH (American Conference of Governmental Industrial Hygienists)** e demais referências técnicas aplicáveis, assegurando a rastreabilidade dos resultados e a conformidade com os **limites de exposição ocupacional** previstos nas normas vigentes.

7.8.6. A **contratada** deverá elaborar e emitir **relatório técnico detalhado** referente às avaliações ambientais realizadas, contendo a descrição das metodologias empregadas, instrumentos utilizados (com certificados de calibração), resultados das medições e análises efetuadas.

7.8.7. O relatório deverá apresentar o **enquadramento dos resultados conforme os anexos da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres)**, indicando os agentes avaliados, limites de tolerância aplicáveis e conclusões sobre a existência ou não de condições insalubres.


7.8.8. O **laudo técnico** deverá ser **atualizado anualmente** ou sempre que ocorrerem **alterações nas condições ambientais, nos processos produtivos, no layout das instalações ou na adoção de novas tecnologias** que possam modificar a exposição dos trabalhadores a agentes físicos, químicos ou biológicos.

7.8.9. A **contratada** será responsável por realizar as **reavaliações necessárias**, garantindo que os dados e conclusões reflitam as condições reais e atuais do ambiente de trabalho, observando as disposições da **NR-09 e NR-15**.

7.8.10. As atualizações deverão resultar em **relatório técnico revisado**, devidamente **datado, assinado por profissional habilitado** e entregue à contratante em meio físico e digital.

7.8.11. Caberá à contratada manter o **registro histórico e o controle documental** dos laudos emitidos e atualizados, disponibilizando cópia integral à contratante sempre que solicitado.

7.8.12. A CONTRATADA deverá realizar a atualização do Laudo Técnico de Insalubridade sempre que houver modificações nos processos produtivos, layouts, equipamentos, produtos utilizados, adoção de novas tecnologias, alteração nas condições de exposição aos agentes insalubres, mudanças no uso ou fornecimento de EPCs ou EPIs, bem como quando houver alterações na legislação aplicável, ou por solicitação expressa da contratante ou de órgãos fiscalizadores. A revisão deverá conter comparativo técnico entre as versões, com destaque para os itens alterados.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>36</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

7.8.13. A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico necessário à contratante, inclusive no atendimento a notificações de órgãos de fiscalização do trabalho e da previdência, perícias judiciais ou administrativas, auditorias internas e externas, bem como nos processos de concessão ou defesa de adicionais de insalubridade.

7.8.14. O resultado das avaliações ambientais (higiene ocupacional), deverão ser comparados com os Limites de Tolerância estabelecidos com a Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15), da Secretaria do Trabalho, do Ministério da Economia e na ausência de dados de limites de tolerância em legislação e/ou normas nacionais, deverão ser utilizados os parâmetros da ACGIH - American Conference of Governmental Industrial Hygienists ou seu representante no Brasil a ABHO - Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais;

## 8. LAUDOS DE PERICULOSIDADE


8.1. O Laudo de Periculosidade, fundamentado na Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16), tem por objetivo verificar a exposição a atividades ou operações perigosas, como aquelas envolvendo inflamáveis, explosivos, eletricidade e segurança pessoal ou patrimonial.

8.2. A CONTRATADA será integralmente responsável pela elaboração, emissão e atualização do **Laudo Técnico de Periculosidade (LTP)**, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 16 (NR-16) e demais legislações aplicáveis, devendo observar, com rigor técnico e legal, os seguintes compromissos:

8.3. A CONTRATADA deverá realizar o levantamento técnico das atividades e operações perigosas nos ambientes de trabalho, identificando de forma precisa os riscos previstos nos Anexos da NR-16, observando a natureza do risco, intensidade, forma de exposição, setores, postos de trabalho, tarefas executadas, frequência e duração da exposição dos trabalhadores.

8.4. A CONTRATADA deverá realizar avaliações técnicas, com a finalidade de identificar e mensurar os riscos presentes nos ambientes de trabalho, conforme as diretrizes estabelecidas na NR-16 (Atividades e Operações Perigosas) do Ministério do Trabalho e Emprego.

8.5. As avaliações deverão utilizar metodologias reconhecidas por referências técnicas nacionais e internacionais, assegurando a rastreabilidade dos resultados e a

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>37</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

conformidade com os limites de exposição ocupacional ou critérios de risco previstos nas normas vigentes.

8.6. O relatório deverá apresentar o enquadramento dos resultados conforme os anexos da NR-16, indicando os riscos avaliados, critérios de classificação aplicáveis e conclusões sobre a existência ou não de condições de periculosidade.

8.7. O laudo técnico deverá ser atualizado anualmente ou sempre que ocorrerem alterações nas condições ambientais, nos processos produtivos, no layout das instalações ou na adoção de novas tecnologias que possam modificar a exposição dos trabalhadores a riscos acentuados.


8.8. CONTRATADA deverá realizar a atualização do LTP sempre que houver modificações nos processos produtivos, layouts, equipamentos, produtos utilizados, adoção de novas tecnologias, alteração nas condições de exposição a riscos, mudanças no uso ou fornecimento de EPCs ou EPIs, bem como quando houver alterações na legislação aplicável ou por solicitação expressa da CONTRATANTE ou de órgãos fiscalizadores. A revisão deverá conter comparativo técnico entre as versões, com destaque para os itens alterados.

8.9. A contratada deverá conduzir a elaboração do Laudo de Periculosidade por Engenheiro de Segurança do Trabalho legalmente habilitado e registrado no conselho de classe competente.

8.10. A contratada será responsável por garantir que o laudo contenha a identificação formal de todas as áreas, setores e funções cujas atividades estejam expostas a condições ou atividades consideradas perigosas, de acordo com os critérios estabelecidos na NR-16.

8.11. A CONTRATADA deverá garantir que o laudo contenha descrição detalhada das atividades, justificativas técnicas do enquadramento e registros fotográficos, quando aplicável.

8.12. O laudo deverá ser elaborado, atualizado e mantido em conformidade com a **NR-16**, identificando áreas, setores e funções expostas a condições ou atividades perigosas, com revisão sempre que houver mudanças nos processos, layout ou introdução de novos agentes de risco, assegurando o controle técnico-documental das versões emitidas.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>38</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

8.13. A CONTRATADA deverá prestar todo o suporte técnico necessário à CONTRATANTE, inclusive no atendimento a notificações de órgãos de fiscalização do trabalho e da previdência, perícias judiciais ou administrativas, auditorias internas e externas, bem como nos processos de concessão ou defesa de adicionais de periculosidade.

8.14. A CONTRATADA deverá realizar, sob demanda da CONTRATANTE, a elaboração de novos Laudos de Periculosidade (LTP) e a atualização dos laudos existentes, sempre que solicitado, garantindo que os relatórios técnicos sejam completos, devidamente datados, assinados por profissional habilitado e entregues à CONTRATANTE em meio físico e digital, assegurando rastreabilidade e confiabilidade das informações.

## **9. LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO – LTCAT**

9.1. O LTCAT, exigido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é o documento técnico que comprova a efetiva exposição a agentes nocivos no ambiente de trabalho, sendo base para a caracterização da aposentadoria especial.


9.2. CONTRATADA deverá elaborar o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) sob demanda, quando solicitado pela CONTRATANTE ou sempre que a CONTRATADA identificar trabalhador exposto a riscos ocupacionais.

9.3. O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) deverá ser elaborado por **Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho**, devidamente habilitado, garantindo que o relatório técnico atenda aos requisitos legais e seja entregue à CONTRATANTE em meio físico e digital, devidamente datado e assinado.

9.4. O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) deverá conter **avaliação ambiental completa**, incluindo a identificação e caracterização dos agentes nocivos existentes nos ambientes de trabalho, os parâmetros técnicos utilizados nas medições e análises, e a conclusão quanto à exposição dos trabalhadores, garantindo clareza, rastreabilidade e conformidade com a legislação vigente.

9.5. O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) servirá de base para o **enquadramento previdenciário de atividades especiais**, devendo estar plenamente alinhado ao **Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)** e ao



	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>39</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

**Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)** da CONTRATANTE, garantindo coerência técnica e legal.

9.6. O laudo deverá ser emitido e armazenado em meio físico e digital, com **cópias controladas e assinadas**, ficando sob a responsabilidade da contratada a guarda técnica e a atualização periódica.

9.7. A CONTRATADA prestará **suporte técnico à contratante** para esclarecimentos junto aos órgãos previdenciários, trabalhistas e fiscalizadores, quando requisitado.

9.8. A CONTRATADA deverá elaborar o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos** a partir da solicitação da CONTRATANTE ou da identificação de trabalhador exposto a riscos ocupacionais.

9.9. A CONTRATADA deverá elaborar o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) extemporâneo sempre que solicitado pela CONTRATANTE, para atender situações específicas.


9.10. Para a elaboração do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) extemporâneo, a CONTRATADA deverá observar e atender integralmente a legislação previdenciária vigente, normas regulamentadoras aplicáveis, instruções normativas do INSS e demais dispositivos legais pertinentes.

9.11. A CONTRATADA deverá enviar os dados técnicos e conclusões sobre os agentes de risco ocupacional, para o sistema eSocial por meio do evento S-2240 (Condições Ambientais do Trabalho - Informações do Ambiente de Trabalho), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da emissão do laudo ou de qualquer atualização relevante. O envio deverá ser realizado de forma integral e conforme as especificações técnicas do Manual de Orientação do eSocial (versão vigente).

## **10. ANÁLISE ERGONÔMICA PRELIMINAR (AEP) E ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO (AET)**

10.1. A Análise Ergonômica Preliminar (AEP) e a Análise Ergonômica do Trabalho (AET) são estudos técnicos aplicados no ambiente organizacional, com o propósito de identificar, avaliar e propor melhorias nas condições de trabalho. Ambas visam não apenas a promoção da saúde e segurança ocupacional, mas também a adaptação das



	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	40	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

condições laborais às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar conforto, bem-estar, eficiência e desempenho adequado na realização das atividades profissionais.

10.2. A Análise Ergonômica Preliminar (AEP) e a Análise Ergonômica do Trabalho (AET) a serem realizadas pela CONTRATADA deverão obedecer integralmente aos critérios, diretrizes e parâmetros técnicos estabelecidos na Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), do Ministério do Trabalho e Emprego, observando-se ainda as demais normas complementares e legislações vigentes aplicáveis à ergonomia, com o objetivo de promover condições de trabalho adequadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores e garantir a prevenção de riscos ocupacionais.

10.3. A CONTRATADA deverá realizar a elaboração da Análise Ergonômica Preliminar (AEP) em postos de trabalho na sede da CIGÁS, com a finalidade de identificar atividades críticas sob os aspectos ergonômicos físicos, cognitivos, organizacionais e psicossociais.


10.4. Quando identificada situação de risco na Análise Ergonômica Preliminar (AEP) que exija análise mais aprofundada, a CONTRATADA deverá elaboração da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), contemplando avaliação detalhada dos postos de trabalho, diagnóstico das condições ergonômicas e proposição de medidas corretivas, com emissão de relatório técnico completo.

10.5. Além dos postos de trabalho previamente definidos na Planilha de Preços Unitários (PPU), a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, sob demanda, a realização de avaliações ergonômicas adicionais, conforme a necessidade identificada durante o período contratual, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas.

10.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional qualificado e habilitado para a execução dos serviços ergonômicos, comprovando experiência prévia e formação adequada na área de ergonomia e saúde ocupacional, garantindo assim a correta realização das atividades previstas no objeto deste contrato.

10.7. Os prazos para execução dos serviços deverão ser acordados previamente, respeitando-se a necessidade de avaliações periódicas e emergenciais.

10.8. A CONTRATADA deverá entregar os relatórios técnicos em formato impresso e digital, contendo toda a documentação comprobatória, registros fotográficos e plano de ação para mitigação dos riscos ergonômicos.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>41</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

10.9. A CONTRATADA deverá elaborar e entregar relatórios técnicos detalhados, contendo o diagnóstico das condições ergonômicas, os riscos identificados, registros fotográficos e recomendações de melhorias, em formato impresso e digital, dentro dos prazos acordados com a CONTRATANTE.

10.10. Os prazos para a realização das avaliações, entrega de relatórios e demais serviços deverão ser definidos em comum acordo entre as partes, respeitando as necessidades da CONTRATANTE e garantindo a realização de avaliações periódicas, inclusive as anuais previstas na legislação.

10.11. As análises ergonômicas deverão ser realizadas em todos os postos de trabalho na sede da CIGÁS.

10.12. As avaliações e análises ergonômicas quando solicitadas, deverão ser apresentadas em forma de laudo técnico, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, respeitando as necessidades da CONTRATANTE e garantindo a realização de avaliações periódicas, inclusive as anuais previstas na legislação.


10.13. Também deverá compor o laudo ergonômico, avaliações de conforto acústico, temperatura efetiva, velocidade do ar e umidade relativa do ambiente, **as condições de conforto no ambiente de trabalho**; resultado das avaliações de iluminação de cada posto de trabalho, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), NHO 11 e demais normas pertinentes.

10.14. Todos os laudos e programas constantes deste termo de referência deverão constar de conclusões e planos de ações a serem implementados e controlados, de acordo com o cronograma e seus prazos, constando nos documentos como: PGR (NR-01) e PCMSO

## **11. ANÁLISE E INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTE**

11.1. A **investigação e análise de acidentes e incidentes** consiste em um **processo técnico e sistemático** que tem como objetivo identificar as **causas imediatas e causas raízes** de eventos não planejados (acidentes com lesões ou incidentes sem lesões, mas com potencial de risco) ocorridos no ambiente de trabalho.

11.2. Sempre que solicitado formalmente pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá realizar **investigação técnica de acidentes de trabalho laboral**, com o objetivo de identificar causas, circunstâncias e propor medidas corretivas e preventivas.


	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>42</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

Para garantir a efetividade e a rastreabilidade do processo, deverão ser observados os seguintes critérios:

- a) **Estimativa mínima:** 3 (três) investigações por ano, podendo ser ampliadas conforme demanda.
- b) **Prazo máximo de entrega:** até **5 (cinco) dias úteis** após a ocorrência ou solicitação formal.
- c) **Equipe técnica:** a investigação deverá ser conduzida **por responsável técnico do PGR ou Médico do Trabalho**, preferencialmente com experiência em análise de acidentes, ergonomia e emissão de laudos técnicos.
- d) **Formato de entrega:** Modelo de relatório da contratante, relatório técnico em **PDF com assinatura eletrônica qualificada (ICP-Brasil)**, contendo:
  - d.1 Descrição do evento;
  - d.2 Análise técnica das causas (imediatas e raízes);
  - d.3 Evidências fotográficas e documentais;
  - d.4 Recomendações de medidas corretivas e preventivas;
  - d.5 ART do responsável técnico.

11.3. Para o atendimento dessa demanda, a CONTRATADA deverá:

- a. Realizar visita técnica específica ao local do evento, no menor prazo possível após o comunicado da CONTRATANTE, com o objetivo de coletar evidências e registros relevantes;
- b. Entrevistar os trabalhadores envolvidos, testemunhas e responsáveis pela área, sempre que necessário, respeitando critérios éticos e de confidencialidade;
- c. Avaliar as condições ergonômicas do posto ou atividade envolvida no acidente ou incidente, considerando o contexto organizacional, os fatores de risco presentes e os possíveis desvios entre o trabalho prescrito e o trabalho real;
- d. Emitir relatório técnico conclusivo, contendo a descrição do evento;
- e. Análise ergonômica das condições relacionadas;
- f. Fatores contribuintes e causas raízes, quando aplicável;
- g. Recomendações técnicas para prevenção de recorrências;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	43	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

h. Fornecer parecer técnico que possa ser integrado ao sistema de gestão de segurança  
i. saúde do trabalho da CONTRATANTE, incluindo o PGR e o LTCAT, quando pertinente.

11.4. Todas as informações obtidas durante as investigações deverão ser tratadas com sigilo e responsabilidade, sendo vedada sua divulgação ou compartilhamento com terceiros, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE.

11.5. O atendimento a essa cláusula não exime a CONTRATADA do cumprimento das demais obrigações previstas no escopo do contrato, nem altera os prazos previamente acordados, salvo em caso de nova negociação formal entre as partes.

## 12. GESTÃO DO ESOCIAL – EVENTOS DE SST

12.1. A CONTRATADA será responsável pela gestão e envio dos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no eSocial, utilizando exclusivamente o sistema da CONTRATANTE, conforme os layouts e exigências da plataforma oficial do Governo Federal.


12.2. Para garantir o cumprimento dos prazos legais, deverá ser designado profissional qualificado para comparecimento presencial na sede da CIGÁS até o quinto dia útil de cada mês, com o objetivo de realizar a coleta, validação e envio das informações referentes aos seguintes eventos:

- a. S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT);
- b. S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador;
- c. S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho.

12.3. Com base nos dados obtidos a partir da gestão dos documentos técnicos (PGR, PCMSO, ASO, LTCAT, entre outros), a CONTRATADA será responsável pelo envio direto dos eventos ao eSocial, observando os prazos legais e garantindo a correção, consistência e integridade dos dados transmitidos.

### 12.4. S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)

A CONTRATADA será responsável pela elaboração, transmissão, retificação e acompanhamento de todos os eventos S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), no âmbito do eSocial, referentes aos empregados da CONTRATANTE, sempre que houver ocorrência que gere a obrigatoriedade do referido evento, independentemente da quantidade de registros a serem enviados no período contratual, observando integralmente os prazos legais e normativos vigentes.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>44</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

### **12.5. S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador**

A CONTRATADA deverá elaborar, transmitir, retificar e gerenciar todos os eventos S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador no eSocial, contemplando exames médicos ocupacionais e demais informações exigidas pela legislação, para todos os trabalhadores da CONTRATANTE, sem limitação de volume mensal ou anual de registros, garantindo a conformidade com as normas legais e técnicas aplicáveis.

### **12.6. S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco**

A CONTRATADA será responsável pelo levantamento, manutenção, atualização e envio de todos os eventos S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho – Fatores de Risco, no eSocial, abrangendo todos os ambientes, cargos e atividades da CONTRATANTE que demandem o referido registro, independentemente da quantidade de eventos gerados, assegurando a fidedignidade das informações e o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista.

### **12.7. 12.4. A CONTRATADA deverá observar os seguintes parâmetros mínimos:**

#### **Controle de qualidade:**


1. Validação cruzada com documentos médicos e ambientais;
2. Conferência técnica com a equipe da CONTRATANTE;
3. Correção de inconsistências antes do envio.
4. Quantitativo de eventos enviados por tipo;
5. Data e horário de envio;
6. Protocolo de envio gerado pelo sistema;
7. Pendências ou inconsistências identificadas e tratadas.

#### **Plano de contingência:**

1. Em caso de falha no sistema da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá acionar plano de contingência previamente aprovado, que inclua:
2. Registro manual dos eventos;
3. Comunicação imediata à CONTRATANTE;
4. Reenvio dos dados assim que o sistema for restabelecido.

### **12.5. Durante o atendimento mensal, o profissional designado deverá também:**

1. Prestar orientações técnicas à equipe da CONTRATANTE;
2. Realizar conferências e ajustes nas informações previamente registradas;

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	45	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

3. Apoiar tecnicamente no cumprimento da legislação vigente sobre SST no eSocial.

12.6. A CONTRATADA deverá assegurar que o profissional alocado possua:

1. Domínio técnico completo sobre os eventos do eSocial;
2. Conhecimento atualizado das Normas Regulamentadoras aplicáveis;
3. Capacidade operacional para uso do sistema da CONTRATANTE.


### 13. AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL

13.1. A avaliação psicossocial consiste em um procedimento técnico realizado por profissional habilitado, com o objetivo de analisar as condições psicológicas, comportamentais e emocionais do trabalhador frente às exigências da atividade laboral, especialmente em situações que envolvem riscos ocupacionais, pressão psicológica, isolamento, trabalho em altura, espaços confinados, entre outros. Essa avaliação visa verificar a aptidão psicossocial do indivíduo para o desempenho seguro e saudável de suas funções, com base em instrumentos reconhecidos pela psicologia, em conformidade com as normas regulamentadoras aplicáveis, os princípios éticos da profissão e a legislação vigente, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

13.2. A CONTRATADA se responsabiliza por elaborar as avaliações psicossociais em conformidade com os parâmetros técnicos e legais estabelecidos pela Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata das disposições gerais de segurança e saúde no trabalho, bem como por atender às exigências específicas contidas em normas complementares, como a NR-33 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados), a NR-35 (Trabalho em Altura), entre outras que forem aplicáveis à atividade desempenhada pelo trabalhador avaliado.

13.3. A CONTRATADA deverá se deslocar até a sede da CONTRATANTE, para realizar levantamento de campo in loco, utilizando ferramentas e metodologias adequadas para a identificação de riscos psicossociais, de acordo com as melhores práticas técnicas e com as normas regulamentadoras vigentes.

13.4. As avaliações psicossociais deverão ser realizadas de forma individualizada, respeitando as particularidades de cada trabalhador, com aplicação de instrumentos validados e entrevistas conduzidas por profissional habilitado, conforme regulamentação do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	46	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

13.5 A CONTRATADA deverá realizar as avaliações psicossociais com base nos riscos identificados no ambiente de trabalho, priorizando os trabalhadores expostos a fatores psicossociais críticos, conforme definido no **Inventário de Riscos do PGR** e nos documentos técnicos do GRO.

13.5.1 O número estimado inicial de trabalhadores a serem avaliados será de 100% (cem por cento) **do efetivo**, conforme planejamento acordado com a CONTRATANTE. Avaliações adicionais poderão ser solicitadas **sob demanda**, mediante critérios técnicos previamente definidos, tais como:

- Mudança de função ou atividade crítica;
- Retorno ao trabalho após afastamento prolongado;
- Inclusão de novos postos de trabalho com exposição a riscos psicossociais;
- Reavaliação por recomendação técnica ou exigência legal.

13.5.2 A CONTRATADA deverá apresentar um **cronograma semestral de reavaliação psicossocial**, com base no monitoramento contínuo dos fatores psicossociais e na atualização do Inventário de Riscos.

Os resultados das avaliações deverão ser **integrados ao Inventário de Riscos do PGR**, com a elaboração de um **Plano de Ação Psicossocial**, contendo:


- Metas de melhoria e prevenção;
- Indicadores psicossociais de acompanhamento (ex: índice de risco psicossocial, taxa de reavaliação, adesão a programas de apoio);
- Prazos, responsáveis e recursos necessários para implementação das medidas.

13.5.3 A CONTRATADA deverá considerar esses elementos na composição de sua proposta de preço unitário (PPU), incluindo os custos relacionados à mobilização técnica, elaboração de documentos, suporte contínuo e reavaliações periódicas.

13.6. As avaliações psicossociais deverão considerar, obrigatoriamente, os aspectos cognitivos, emocionais e sociais dos trabalhadores, com especial atenção àqueles expostos a atividades de risco, como trabalho em altura, espaços confinados, atividades críticas e/ou que envolvam pressão psicológica significativa.

13.7. Após a identificação dos riscos psicossociais, a CONTRATADA deverá elaborar um Inventário de Riscos Psicossociais, contendo a descrição dos fatores identificados, e um Plano de Ação com as respectivas medidas de controle e prevenção, visando mitigar os riscos mapeados.



	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>47</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

13.8. A CONTRATADA deverá elaborar um Relatório Técnico Consolidado, contendo todas as informações referentes às avaliações realizadas, inventário de riscos, plano de ação e demais considerações técnicas. O relatório deverá ser entregue à CONTRATANTE em meio físico e digital, devidamente assinado pelo responsável técnico legalmente habilitado, com registro no respectivo conselho profissional.

13.9. A CONTRATADA se compromete a assessorar tecnicamente a CONTRATANTE na implementação das ações previstas no Plano de Ação, fornecendo suporte metodológico e acompanhamento contínuo sempre que solicitado.

13.10. Compete à CONTRATADA elaborar um cronograma detalhado de implementação das ações propostas no Plano de Ação, acompanhar sua execução e realizar os ajustes necessários em comum acordo com a CONTRATANTE, visando garantir o cumprimento efetivo das medidas estabelecidas.


13.11. A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, de forma semestral, um Relatório de Acompanhamento, contendo informações atualizadas sobre as ações implementadas, os resultados obtidos e as pendências ou ações ainda não executadas, permitindo à CONTRATANTE o monitoramento contínuo do processo.

13.12. As avaliações psicossociais, bem como os relatórios e documentos emitidos pela CONTRATADA, somente serão consideradas como entregues após a devida validação técnica e aprovação formal pela CONTRATANTE. Quaisquer ajustes solicitados deverão ser providenciados pela CONTRATADA sem ônus adicional.

13.13. A CONTRATADA se compromete a entregar todas as **avaliações psicossociais**, conforme escopo estabelecido neste contrato, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da **data de assinatura do contrato**. O descumprimento deste prazo, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

13.14. Essas ações deverão incluir a aplicação de metodologias reconhecidas cientificamente, a elaboração de relatórios técnicos, e a proposição e implementação de programas de apoio psicossocial, bem como a realização de treinamentos, palestras e demais atividades educativas voltadas à sensibilização, conscientização e capacitação dos trabalhadores e gestores sobre os fatores psicossociais no trabalho.

#### 14. FUNDAMENTO LEGAL

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>48</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

O objeto do presente serviço pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais de mercado. Desta forma, o objeto é classificado como bem/serviço comum, para fins do disposto no art. 32, IV, da Lei nº 13.303/2016, no parágrafo único, art. 1º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto Estadual do AM nº 24.052, de 27 de fevereiro de 2005, do Regulamento Interno de Licitações e Contratações da CIGÁS e demais legislações específicas.

#### **15. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**


O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o fornecedor que atende as especificações técnicas pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme art. 54, da Lei Federal nº 13.303/2016, pois este formato será mais vantajoso para a Administração diante da gerada ampliação que a disputa proporciona.

#### **16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**16.1 Comprovação de aptidão para fornecimento do material licitado**, pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto desta Licitação, mediante apresentação de **ATESTADO(S) ou DECLARAÇÕES DE CAPACIDADE TÉCNICA** em nome da empresa licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que evidencie(m) o histórico de fornecimento, na forma do disposto no inciso II do Artigo 58 da Lei Federal nº 13.303/2016.

**16.2 Comprovar que possui responsável técnico** para elaborar o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR (NR-01), Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, Laudos de Insalubridade e Periculosidade, devendo ser, obrigatoriamente, **Engenheiro pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho**, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia (CREA), ou **Médico pós-graduado em Medicina do Trabalho**, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).

**16.3 Adicionalmente, deverá ser apresentado o Certificado de Registro do Estabelecimento de Saúde (clínica médica ocupacional) junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM)**, requerido pelo profissional médico responsável técnico, com registro da qualificação da especialidade, garantindo a conformidade com as exigências legais e normativas aplicáveis.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	49	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

**16.4** Para comprovar a qualificação técnica da licitante mais bem classificada deverão ser apresentadas as seguintes documentações:

**a)** Comprovação na prestação de serviços semelhantes ao objeto, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do pregão.

I. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

II. Para comprovação de tempo de experiência poderão ser aceitos atestados ou declarações de capacidade técnica, cópias de contratos, registros em órgãos oficiais, ou outros documentos idôneos.

III. O atestado de comprovação técnica solicitado aqui faz referência a razão social, pois exige-se que a Contratada comprove:

**b)** Sua inscrição no Conselho Regional de Medicina da unidade federativa correspondente, conforme previsão da lei 6.839/1980, resolução – CFM nº 1980/2011 e legislação superveniente aplicável.

**c)** Possuir em seu quadro profissional médico com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, conforme previsão da lei 6.839/1980, resolução – CFM nº 1980/2011 e legislação superveniente aplicável.

**d)** Possuir em seu quadro profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho, detentor de registro profissional no CREA de sua região.

**e)** A comprovação de vínculo profissional exigidas nas alíneas “b” e “c”, poderá se dar por meio de:

i. Contrato social (caso seja sócio da empresa);

ii. Vínculo CLT (carteira de trabalho);

iii. Contrato de prestação de serviços.


#### 16.5. Estrutura Física e Condições Mínimas da Clínica de Saúde Ocupacional

16.5.1. A CONTRATADA deverá dispor de estrutura física e operacional para prestação dos serviços de Saúde Ocupacional, em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) vigentes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), notadamente a NR-4 (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT) e a NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO), bem como as diretrizes da Resolução CFM nº 2.376/2022, Resolução CFM nº 2.323/2022, e demais legislações correlatas aplicáveis. As condições mínimas exigidas incluem, sem prejuízo de outras disposições normativas:

**a)** Localização e Acessibilidade: A clínica deverá estar situada em endereço acessível, com fácil locomoção para os colaboradores da CONTRATANTE, dispondo de estacionamento adequado e sinalização clara. O acesso deve atender às normas de acessibilidade (NBR 9050/2020).

**b)** Área Mínima: Espaço físico dedicados aos serviços de saúde ocupacional, incluindo salas separadas para consulta médica, exames complementares (ex.: audiometria, espirometria), administração e arquivo de prontuários, garantindo privacidade e ventilação natural ou artificial (NR-7, item 7.4.3).

**c)** Instalações Sanitárias: Banheiros exclusivos para uso dos pacientes e equipe, com lavatórios, chuveiros (se aplicável para exames específicos) e descarte de resíduos biológicos conforme RDC ANVISA nº 222/2018.

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	50	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

**d) Iluminação e Ventilação:** Possui Iluminação artificial, e sistema de ventilação/exaustão para controle de contaminantes, especialmente em salas de exames laboratoriais de acordo com a NR 17.

#### 16.5.3. Equipamentos e Materiais

**a) Equipamentos Obrigatórios:** Conjunto completo de equipamentos para realização de exames admissionais, periódicos, de mudança de função, retorno ao trabalho e demissionais.

**b) Manutenção e Calibração:** Todos os equipamentos deverão possuir certificados de calibração anual por entidade acreditada pelo INMETRO, com comprovação documental a ser apresentada à CONTRATANTE no ato da assinatura do contrato e anualmente.

**c) Materiais de Consumo:** EPIs para equipe (máscaras, luvas, óculos de proteção), uniformes e suprimentos para primeiros socorros.

#### 16.5.4. Recursos Humanos

**a) Equipe Técnica:** Composição mínima conforme dimensionamento do SESMT (NR-4, Anexo I), incluindo: Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Enfermeiro Ocupacional, Técnico de Segurança do Trabalho, Técnico de Enfermagem, Fonoaudiólogo, Psicólogo.

**b) Capacitação:** Todos os profissionais deverão apresentar currículos atualizados, com comprovação de treinamentos anuais em PCMSO e biossegurança (mínimo de 20 horas/ano), e registro ativo nos conselhos de classe (CRM, COREN, MTE, CREA, etc.).

**c) Escala de Atendimento:** Disponibilidade para atendimentos em horários compatíveis com as jornadas da CONTRATANTE, com plantão 24h para emergências ocupacionais.

#### 16.5.5. Documentação e Conformidades

**a) Licenças e Alvarás:** Apresentação de alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária, licença ambiental (se aplicável) e Certificado de Acreditação em Saúde Ocupacional (ONA ou equivalente), Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).


**b) Prontuários e Sistemas:** Sistema informatizado para gestão de ASO (Atestados de Saúde Ocupacional) e prontuários eletrônicos, com backup diário e conformidade à LGPD (Lei nº 13.709/2018). Arquivamento por 20 anos (NR-7).

**c) Auditorias:** A CONTRATADA autoriza visitas in loco pela CONTRATANTE ou auditores independentes, sem ônus adicional, para verificação de conformidade, com a apresentação de relatórios de autoinspeção.

### 17. PRAZO


**17.1 Prazo de vigência contratual:** 36 meses a contar da assinatura do Contrato podendo ser prorrogado, nos termos da Lei 13.303/16.

**17.2 Prazo de Execução dos serviços:** os serviços deverão ser executados no período de 36 meses (ininterruptos), de acordo com a demanda e por etapa de acordo com cronograma de execução estabelecido pela CONTRANTE, podendo ser prorrogado por mais 24 meses, após análise das justificativas informadas pela CONTRATADA e aprovação da CIGÁS.


	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>		FOLHA:	<b>51</b>	de <b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

### 18. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS:

Etapa	Descrição do Serviço	Periodicidade	Prazo de Entrega	Formato de Entrega	Evidência de Execução	Responsável
1	Mobilização e levantamento técnico (PGR, PCMSO, LTCAT, Laudos)	Inicial	10 dias após Ordem de Serviço	PDF + ICP-Brasil + impresso	Inventário de riscos + plano de ação	Contratada
2	Análise Ergonômica do Trabalho (AET)	Sob demanda	5 dias após autorização	PDF impresso +	Diagnóstico + plano de ação + registros	Ergonomista
3	Avaliação Ergonômica Preliminar (AEP)	Inicial	35 dias após mobilização	PDF impresso +	Diagnóstico + registros fotográficos	Ergonomista
4	Avaliações psicossociais (incluir no PGR)	Inicial + Anual + sob demanda	35 dias após mobilização	PDF + Inventário	Relatório consolidado + plano de ação	Psicólogo
5	Entrega final de documentos técnicos (PGR, PCMSO, LTCAT, Laudos e análise AEP)	Inicial / Bianual	35 dias após mobilização	PDF + ICP-Brasil + via física encadernada	Inventário de riscos + plano de ação + ART	Contratada
6	Relatórios semestrais do PGR	Semestral	Até 5º dia útil após semestre	PDF + ICP-Brasil	Indicadores + análise de eficácia	Contratada
7	Relatórios semestrais psicossociais	Semestral	Até 5º dia útil após semestre	PDF + ICP-Brasil	Indicadores + plano de ação	Psicólogo
8	Relatório anual do PCMSO	Anual	Até último dia útil de	PDF + ICP-Brasil	Quadro III + análise crítica	Médico coordenador

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>52</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

			janeiro			
9	Relatórios semestrais do PCMSO (indicadores de saúde)	Semestral	Até 5º dia útil após semestre	Word + PDF + ICP-Brasil	Indicadores + plano de ação	Médico coordenador
10	Gestão de indicadores de saúde ocupacional	Trimestral	Até 10º dia útil do trimestre seguinte	PDF + ICP-Brasil	Relatório com metas e análise crítica	Médico coordenador
11	Exames ocupacionais (ASO)	Contínuo	Conforme demanda	Impresso + digital	ASO assinado + protocolos	Médico coordenador
12	Gestão de eventos SST (eSocial S-2210, S-2220, S-2240)	Mensal	Até 5º dia útil de cada mês	Protocolo digital	Relatório mensal com status de envio	Técnico SST
13	Palestras técnicas em SST	Mensal	Conforme cronograma	PDF + lista de presença	Tema, carga horária, público, avaliação	Contratada
14	Campanhas médicas preventivas	Mensal	Conforme cronograma	PDF + fotos	Indicadores de participação	Médico coordenador
15	Consultas médicas in loco	Mensal	2x/mês (4h)	Agenda relatório +	Registro de atendimentos	Médico coordenador
16	Psicologia ocupacional in loco	Mensal	1x/mês (8h)	Agenda relatório +	Registro de atendimentos	Psicólogo
17	Treinamentos DEA (SBV)	Semestral	Abril e Outubro	Certificado + lista	Simulação prática + conteúdo	Instrutor
18	Aluguel de DEA	Mensal	Conforme contrato	Contrato + certificado	Comprovante de manutenção	Contratada

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>53</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

19	Suporte de ambulância	Pontual	Por acionamento	Registro + OS assinada	Atendimento a chamado	Contratada
20	Atendimento emergencial	Pontual	Por acionamento	Registro + OS assinada	Atendimento a acidente	Contratada
21	Laudo pericial eventual	Sob demanda	Até 7 dias úteis	PDF + ART	Laudo técnico	Eng. Segurança
22	Investigação técnica de acidentes	Sob demanda	Até 5 dias úteis	PDF + ART	Relatório técnico com causas e recomendações	Técnico SST
23	Emissão de Ordem de Serviço (NR 1)	Contínuo	Admissão do colaborador e Na Atualização do PGR	Word + PDF	Registro de atendimento	Contratada

\* Prazo a contar a partir da Ordem de Serviço, assinada por ambas as partes;

\*\* As avaliações ergonômicas somente começarão após a autorização da CIGÁS em conformidade com constante deste Termo de Referência.

## 19. DA ENTREGA:

19.1 O Prazo de entrega para o fornecimento do objeto ofertado deverá ser de acordo com o cronograma citado no item 18.


19.2 A prorrogação de prazo de entrega dos serviços somente será concedida mediante pedido formal, com justificativa plausível e aceita pela CIGÁS.

19.3 Os relatórios que não cumprirem e respeitarem as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Contrato, serão recusados pelo representante da CIGÁS responsável por essa tarefa e colocados à disposição da CONTRATADA, pelo período de 10 (dez) dias.

19.4. Todos os documentos técnicos elaborados pela CONTRATADA, incluindo programas, laudos, relatórios e avaliações, deverão ser entregues em duas etapas:

a) Entrega preliminar (para análise e comentários):



	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	54	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

1. Os documentos deverão ser enviados em formato editável (Word, Excel ou outro previamente acordado), com estrutura completa e campos passíveis de revisão.
2. A CONTRATANTE poderá realizar comentários, sugestões ou solicitar ajustes técnicos antes da emissão final.

b) Entrega final (após aprovação da CONTRATANTE):

3. Os documentos aprovados deverão ser entregues em:
4. 01 (uma) via física, encadernada, com:
  - Capa padronizada (nome do documento, data, CONTRATADA, CONTRATANTE, responsável técnico que será fornecida pela contratante);
  - Índice paginado;
  - Páginas rubricadas;
  - Assinatura original do responsável técnico na última página.
  - 01 (uma) via digital, em:
    - Formato PDF não editável, com assinatura eletrônica qualificada (ICP-Brasil);
    - Arquivos complementares (planilhas, gráficos, mapas) poderão ser entregues em formato Excel ou outro, desde que acordado previamente.
    - Organização e rastreabilidade:
5. Os documentos deverão ser organizados por setor, tipo de documento e data de emissão, com nomenclatura padronizada.
6. A CONTRATADA deverá manter registro de protocolo de entrega, com data, hora, nome do responsável pelo recebimento e cópia assinada.
 


c) Modelos padronizados:
7. A CONTRATADA deverá utilizar modelo de capa e índice previamente aprovado pela CONTRATANTE para todos os documentos técnicos.

19.4.1 O não atendimento a esses critérios poderá implicar na recusa formal da entrega, até que os ajustes sejam realizados, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

19.5. Todos os relatórios têm que obrigatoriamente ser entregue no idioma português, bem como os relatórios de possíveis softwares que forem utilizados, também deverão ser apresentados em português.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES:**

### **20.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	55	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

20.1.1 Obedecer rigorosamente às condições, contidas neste Termo de Referência e no Contrato, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente e por escrito pela CIGÁS;

20.1.2 Em caso de descumprimento, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas neste contrato, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

20.1.3 A CONTRATADA se compromete a manter sob sua guarda e responsabilidade todos os dados clínicos dos trabalhadores avaliados, incluindo os prontuários clínicos individuais, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), as normas do Conselho Federal de Medicina (CFM) e demais regulamentações aplicáveis.


20.2 Os dados deverão ser armazenados em sistema homologado, com controle de acesso restrito, criptografia, backup automático e rastreabilidade. O acesso aos prontuários será limitado a profissionais devidamente autorizados e habilitados.

20.3 A CONTRATADA será integralmente responsável por qualquer perda, vazamento, uso indevido ou acesso não autorizado aos dados clínicos, devendo adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

20.4 A CONTRATADA assumirá total responsabilidade pela veracidade, consistência e legalidade das informações prestadas e enviadas ao eSocial, respondendo integralmente por quaisquer sanções, autuações, notificações ou penalidades decorrentes de omissões, erros ou atrasos relacionados à execução dos serviços contratados, quando estes forem de sua responsabilidade direta.

20.5 Fornecer o objeto da presente contratação rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela CIGÁS;

20.6 No ato da assinatura do contrato a empresa Contratada deverá apresentar documentação relativo ao visto de trabalho no CREA/AM - Conselho Regional de Engenharia do estado do Amazonas, caso o engenheiro pertença a outro CREA em

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	56	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

outro estado da Federação ou o médico pertença a outro Conselho Regional de Medicina em outro estado da Federação;

20.7 Iniciar a execução do serviço, após a emissão da Ordem de Serviço, respeitando os prazos determinados, de acordo com o cronograma descrito no item 18 deste Termo de Referência, e informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de cumprir o estabelecido;

20.8 Pagar todos os tributos e contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais, bem como eventual custo de frete relativo a(s) respectiva(s) entrega(s);

20.9 Manter a CIGÁS livre e a salvo de toda e qualquer reclamação de indenização por perdas e danos e/ou prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros em decorrência do fornecimento dos materiais, respondendo inclusive civil e criminalmente, independentemente de haver ou não contratados seguros adequados e suficientes para tais circunstâncias.


20.10 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a CIGÁS ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

20.11 Garantir a segurança das informações tramitadas e armazenadas da CONTRATANTE e seus colaboradores em conformidade com a Lei Federal 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD.

20.12 Fornecer todos os serviços com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis.

20.13 Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo, conforme prevê o inciso IX, do artigo 69, da Lei Federal nº 13.303/2016.

20.14 Responsabilizar-se pelas infrações que cometer quanto ao direito de uso de materiais, equipamentos protegidos por marcas ou patentes, respondendo neste caso, civil e criminalmente, por quaisquer indenizações, taxas ou comissões que forem devidas, bem como por quaisquer reclamações resultantes do mau uso que deles fizer.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>57</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

20.15 Fornecer todos os recursos necessários (mão-de-obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte, equipamentos de proteção individual e instrumentos especiais), bem como equipamentos relativos à segurança do trabalho, em especial todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI para os seus profissionais, para a entrega dos materiais.

20.16 Assegurar que os profissionais apresentados na habilitação e qualificação técnica, conforme item 16 deste Termo de Referência, participem efetivamente da execução dos serviços contratados, devendo inclusive estar disponíveis para contatos com a CIGÁS todas as vezes que forem requisitados, para a participação de reuniões, viagens, esclarecimentos e outras necessidades eventualmente existentes.

20.17 Substituir de imediato qualquer profissional que a CIGÁS, por razões justificadas, considere inadequado para permanecer no desenvolvimento dos serviços, por outro profissional de experiência equivalente ou superior;


20.18 Respeitar as Normas Reguladoras de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego relacionadas as normas e procedimentos operacionais da CIGÁS, em atenção as recomendações descritas na NOR.SSO.02 - Diretrizes de Segurança Meio Ambiente e Saúde para Contratos, podendo a atividade ser suspensa em caso da inobservância das mesmas, sem prejuízo para a CIGÁS.

20.19 Responsabilizar-se por todas as despesas (passagens, hotel e refeições) de seu pessoal para realização de visitas às instalações da CIGÁS, execução dos levantamentos de campo e reuniões necessárias ao desenvolvimento dos serviços;

20.20 Executar os serviços dentro dos padrões técnicos, fornecendo os equipamentos necessários e mão de obra;

20.21 Articular-se com a Gerências de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde, de Construção e Montagem, e de Operação e Manutenção da CIGÁS para o desenvolvimento dos serviços, realizando reuniões e visitas técnicas visando à análise e validação de dados técnicos e operacionais obtidos, dentre outros.

20.22 Quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias eventualmente encontradas pela CONTRATADA, nas normas, procedimentos e especificações técnicas obtidas no decorrer da execução dos serviços, devem ser comunicados por escrito à CIGÁS, a fim de serem corrigidos, sendo que em hipótese alguma a CONTRATADA

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	58	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

poderá se omitir das suas responsabilidades técnicas e civis do serviço contratado, a despeito destes motivos.

20.23 Comunicar, de imediato, ao Fiscal de Contrato da CIGÁS, quanto a eventuais circunstâncias que possam afetar adversamente a qualidade dos serviços ou o cronograma de execução;

20.24 A correção de falhas ou deficiências nos serviços prestados decorrentes de má qualidade dos serviços, ação ou omissão da CONTRATADA serão prestados sem ônus para a CIGÁS.

20.25 Prestar corretamente toda e qualquer informação solicitada pela CIGÁS, quanto aos serviços fornecidos.

20.26 Qualquer etapa do serviço que for necessária a subcontratação de outra empresa, a CIGÁS deverá ser informada previamente e aprovar, antes do início da execução dos serviços.

## 21 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

21.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** formalmente.

21.2 Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado.

21.3 Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados.

21.4 Notificar a **CONTRATADA**, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento dos materiais.


21.5 Notificar, por escrito, à **CONTRATADA**, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção a aplicação de eventuais multas contratuais.

21.6 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do **CONTRATO** por intermédio de empregados próprios designados para este fim.

21.7 Verificar se os serviços fornecidos pela **CONTRATADA**, estão dentro das especificações contratadas, rejeitando, no todo ou em parte, os serviços entregues fora das especificações deste **CONTRATO** e seus anexos.

21.8 Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento dos materiais contratados.

21.9 Emitir e encaminhar à **CONTRATADA** as Ordens de Serviços correspondentes.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>59</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

21.10 Zelar, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, avaliando a qualidade do serviço prestado ou objeto entregue, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, observando para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, devendo tomar as providências cabíveis para que sejam aplicadas à contratada as penalidades regulamentares e contratuais, quando for o caso;

21.11. Analisar e atestar os documentos apresentados pela empresa CONTRATADA. Caso haja incorreção nos documentos recebidos, esses serão devolvidos à CONTRATADA para as devidas correções e devolvidos à CONTRATANTE para análise.

## **22. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

22.1 CONTRATADA e CONTRATANTE se submetem às obrigações legais relativas à proteção de dados e garantia de privacidade, sobretudo àquelas dispostas na Lei Federal 13.709/2018, sem prejuízo dos demais diplomas legais.

22.2 A CONTRATANTE, ao enviar as informações aos bancos de dados da CONTRATADA, autorizada pelos titulares dos dados tratados ou amparada por hipótese legal de exceção ao consentimento pessoal, permite que sejam integrados tais dados às bases informacionais da CONTRATADA, podendo utilizá-las unicamente para o atingimento do objeto.

22.3 A CONTRATADA, por receber dados compartilhados pela CONTRATANTE, assegurará a privacidade e proteção dos dados por ela tratados e/ou armazenados em banco de dados próprio.


22.4 Da mesma forma, deve a CONTRATADA manter os padrões de privacidade e proteção dos dados pessoais por ela coletados ou produzidos por ocasião do cumprimento contratual.

22.5 As disposições relativas à segurança e privacidade de dados pessoais compreendem o tratamento realizado em ambiente virtual, em armazenamento local ou em nuvem, além do tratamento realizado com documentações físicas.

22.6 Em decorrência do volume de dados sensíveis e potencialmente sensíveis que serão tratados, é obrigação da CONTRATADA restringir o acesso às informações enquanto essas forem mantidas sob sua custódia.

22.7 A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, com relatório preliminar, em até 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de:

22.8 Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>60</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

22.9 Qualquer violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA; e/ou

22.10 Qualquer incidente de vazamento de dados pessoais, seja identificado ou objeto de suspeita.

22.11 A CONTRATADA também se obriga a conhecer a Política de Privacidade da Cigás, disponível em [Privacidade e Proteção de Dados | Cigás \(cigas-am.com.br\)](http://Privacidade e Proteção de Dados | Cigás (cigas-am.com.br)).

## 23. REAJUSTE

23.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas, nos termos do artigo 3º, §1º da Lei n. 10.192/2001.

23.2 Dentro do prazo de vigência do contrato, e mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno mínimo de 1 (um) ano, aplicando-se o índice de Preços do consumidor – IPCA ou índice similar mais vantajoso ao **CONTRATANTE**.

23.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.5 Caso a **CONTRATADA** não solicite o reajuste dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

## 24 GARANTIA DO SERVIÇO


24.1 A Contratada deverá prestar garantia técnica dos serviços executados durante a execução do objeto contratado.

24.2 Qualquer irregularidade quanto à qualidade do serviço a ser realizado para a execução do objeto contratado, deverá ser corrigida pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a empresa contratante.

## 25 GARANTIA CONTRATUAL

25.1 Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive indenização a terceiros e multas eventualmente aplicadas, a CONTRATADA deverá apresentar garantia de 5% (cinco) por cento do valor total do contrato em uma das modalidades estabelecidas no art. 70 da Lei nº 13.303/2016 no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a data da sua assinatura, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE.



	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	61	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

25.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os artigos nº 82 e 83 da Lei nº 13.303/2016.

25.3 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

25.4 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não Adimplemento das demais obrigações nele previstas;

25.5 Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou Dolo durante a execução do contrato;

25.6 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

25.7 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

25.8 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

25.9 A garantia deverá vigorar durante todo o período de vigência contratual, mantendo-se válida até 03 (três) meses após o término deste Contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação;

25.10 Havendo opção pela modalidade caução em dinheiro, o valor deverá ser depositado em conta-caução na conta da CIGÁS.

25.11 A garantia ficará sob a responsabilidade e à ordem da CONTRATANTE.

25.12 A garantia será considerada extinta:


a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

25.13 Não será executada a garantia nas seguintes hipóteses:

a) Caso fortuito ou força maior;

b) Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>62</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

c) Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

d) Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

25.14 Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas neste item.

25.15 Havendo repactuação de preços, acréscimo ou supressão de serviços, a garantia será acrescida ou devolvida, guardada a proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor resultante da alteração, conforme o artigo nº 70 da Lei nº 13.303/2016.

25.16 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificada, pela CONTRATANTE.

## **26 ORIGEM DOS RECURSOS**

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste serviço serão custeados pela Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS, previstos para o exercício de 2026, ITEM 4.2.3.02.099 – OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS, conforme orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

## **27 CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

27.1 O pagamento será realizado, mensalmente e os mesmos aprovados pela CONTRATANTE e mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal de contrato e aprovada pela gerência competente, segundo a legislação vigente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após sua aprovação, ficando condicionado a apresentação dos documentos de regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme Anexo A – Planilha de Preço Unitário, deste Termo de Referência


27.2 Certidão Negativa de Débitos do FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, Trabalhista e Falência, válidos.

27.3 Havendo erro nos documentos hábeis de cobrança ou circunstância que impeça o pagamento da despesa, esses serão devolvidos e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas cabíveis. Neste caso, o prazo de pagamento iniciar-se-á após a regularização, sem ônus à CONTRATANTE.

27.4 As condições e formas de pagamento também estabelecidas na minuta do CONTRATO.


## **28 DA MATRIZ DE RISCOS**

**28.1** Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizadora do equilíbrio econômico-

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>63</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

<b>Tipo de Risco</b>	<b>Motivo</b>	<b>Resp. do Contratado</b>	<b>Resp. do Contratante</b>
Elaboração dos programas, laudos e serviços em desacordo com as normativas vigentes e em desacordo com esse Termo de Referência.	Não observância das determinações descritas no contrato.	X	
Elaboração dos programas, laudos e serviços sem estar em consonância com os dados informados pela CIGÁS.	Não observância das determinações descritas no contrato.	X	
Cessão de direitos do contrato para outro fornecedor	Incumprimento do contrato por parte do Contratado e Inobservância por parte do Contratante.	X	X
Não cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato, gerando atraso na entrega dos programas, laudos e serviços.	Não observância dos prazos descritos no contrato.	X	
Programas, laudos e serviços elaborados por profissionais não qualificados.	Não observância das determinações descritas no contrato.	X	
Aceite dos programas, laudos e serviços em não consonância com o estabelecido por esse termo de referência.	Não observância das determinações descritas no contrato.		X
Não dispor ao longo da vigência do contrato de documentação válida e necessária para a emissão final dos programas, laudos e serviços	Não observância das determinações descritas no contrato.	X	
Não comunicar a CONTRATANTE imediatamente e por escrito, sobre o descredenciamento dos profissionais envolvidos junto aos Conselhos de Classe.	Não observância das determinações descritas no contrato.	X	
Não dispor de profissionais habilitados e capacitados, para a prestação dos serviços.	Não observância das determinações descritas no contrato.	X	

	TERMO DE REFERÊNCIA		Nº:	TR-011/2026		
	GERÊNCIA:	GQSMS	FOLHA:	64	de	63
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

Não dispor de equipamentos aferidos e calibrados pelos órgãos competentes.	Não observância das determinações descritas no contrato.	X	
Não manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista;	Não observância das determinações descritas no contrato.	X	
Não arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, responsabilizando-se pelos serviços executados;	Não observância das determinações descritas no contrato.	X	
Atraso no pagamento.	Problemas no fluxo de caixa da CONTRATANTE.		X
Atraso no pagamento.	Não cumprimento por parte da CONTRATADA das exigências contratuais;	X	


## 29. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

**29.1** O acompanhamento e a fiscalização do futuro Contrato e de sua execução serão realizados por colaborador(a) da Gerência GQSMS, da Companhia de Gás do Amazonas – CIGÁS.

**29.2** O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais.

**29.3** O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso.

**29.4** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

	<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>		Nº:	<b>TR-011/2026</b>		
	GERÊNCIA:	<b>GQSMS</b>	FOLHA:	<b>65</b>	de	<b>63</b>
	TÍTULO:	Contratação de empresa para prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho				

**30 PROPRIEDADE, SIGILO, RESTRIÇÕES:**

A CONTRATADA deverá manter a confidencialidade de todas as informações, dos dados e informações referentes aos projetos e serviços realizados, sob as penas da Lei, inclusive os que lhe forem transmitidos pela CIGÁS.

**31 DAS PENALIDADES:**

31.1 Em caso de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou qualquer inadimplemento ou infração contratual à **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal ficará sujeito às sanções previstas nos artigos da Lei 13.303/2016.

31.2 As penas acima referidas serão impostas pela autoridade competente, assegurado à **CONTRATADA** o direito da ampla defesa e do contraditório.

**32 RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:**

Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei n. 13.303 de 30 de junho de 2016.

Manaus, 04 de janeiro de 2026.

Elaborador por,

**Francy Williams**  
**Técnico em Segurança do Trabalho**

Aprovado por,

**Niaracir Campos**  
**Gerente de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde**

PPU - Planilha Unitária de preço						ANEXO: A
OBJETO						
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados em Assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho						
ITEM 1	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	FORMATO DE ENTREGA	und	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	VALOR DO ITEM (R\$)
1	Elaboração, implementação, acompanhamento e coordenação por Engenheiro de Segurança do Programa de Gerenciamento de Riscos PGR (NR-01)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	3		
2	Avaliações psicossociais (NR 17) _ (Por acionamento)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	200		
3	Elaboração, implementação, acompanhamento e coordenação por Médico do Trabalho do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO _ Com Emissão do Relatório Analítico Anual	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	3		
4	Relatórios semestrais do PCMSO ( Gestão de Indicadores de Saúde Ocupacional (absenteísmo, tempo perdido, taxa de doenças, taxa de retorno, NTEP, % não conformidades em exames, % afastamentos por doença ocupacional e demais requisitos legais aplicáveis)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	6		
5	Emissão de ASOS - Admissionais, periódicos, Mudança de Riscos, Retorno ao trabalho E Demissionais	impresso e digital (via Trabalhador e via Contratante)	und	768		
6	Input e gestão MENSAL de eventos SST In company: Envio de eventos ao eSocial (S-2210, S-2220, S-2240) _ SISTEMA SENIOR	Protocolo Digital	und	36		
7	Palestras mensais sobre saúde e segurança do trabalho _ (Por acionamento)	Lista de Presença + Registro Fotográfico	und	36		
8	Campanhas médicas preventivas _ (Por acionamento)	Lista de Presença + Registro Fotográfico	und	36		
9	Consultas Médicas _ Médico do Trabalho (in company) Sessão 4h	Relatório/ Registro de Atendimento (Demonstrativo)	und	72		
10	Psicologia Ocupacional _ Psicólogo do Trabalho (in company) Sessão 8h	Relatório/ Registro de Atendimento (Demonstrativo)	und	36		
11	Atendimento mutirão ASOs (in company)	Relatório/ Registro de Atendimento (Demonstrativo)	und	6		
12	Aluguel de DEA _ disponibilidade 24h in company_ (Com certificado de Carlibração válido)	Disponibilidade 24h in company	Mensal	36		
13	Treinamentos DEA (Suporte Básico de Vida)	Lista de Presença + Registro Fotográfico	und	3		
14	Suporte de ambulância (Por acionamento)	Relatório/ Registro de Atendimento (Demonstrativo)	und	9		
15	Atendimento Emergencial _ Suporte Médico a Acidentes do Trabalho (Por acionamento)	Relatório/ Registro de Atendimento (Demonstrativo)	und	9		
16	Laudo Pericial (Avaliações e Perícias especializadas para caracterização ou descaracterização de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, e de insalubridade e de periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho e Emprego, com emissão de laudos com parecer conclusivo)_ (Por acionamento)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	9		
17	Emissão de Relatório de Investigação Técnica de Acidentes (Por acionamento)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	9		
18	Elaboração do LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (anexar ART/CREA ou CRM)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	2		
19	Emissão de Perfil Profissiográfico Profissional PPP em meio Físico (Para períodos de trabalho anteriores a 01/01/2023) _ (Por acionamento)	Impresso e digital (via trabalhador e via contrante	und	180		
20	Elaboração do Laudo de Insalubridade (NR 15) (anexar ART/CREA ou CRM)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	2		
21	Elaboração do Laudo de Periculosidade (NR 16) (anexar ART/CREA ou CRM)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	2		
22	Avaliação Ergonômica Preliminar AEP _ Elaborado por Engenheiro do Trabalho, Médico do Trabalho, Fisioterapeuta ocupacional ou Ergonomista ocupacional	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	200		
23	Avaliação Ergonômica do Trabalho AET _ Elaborado por Engenheiro do Trabalho, Médico do Trabalho ou Ergonomista ocupacional _ (Por acionamento)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	50		
24	Gerenciar e Emitir Registros de Prontuário Clínico Individual dos Colaboradores Atuais e Desligados (Média de Efetivos 180) Durante a Vigência do Contrato.	Digital + Backup	Mensal	36		
25	Emissão de Relatório de Avaliação Química nas estações (Anexar ART/ CREA)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	15		
26	Emissão de Ordens de Serviços NR 1	Word + impresso	und	350		
27	Elaboração, Análise e Emissão de Análise Preliminar de Riscos APR / Análise de Riscos AR _ (Por acionamento)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	10		
28	Elaboração, Análise e Emissão de Prontuários (Book) com base nas Normas Regulamentadoras nº 10, 12, 20, 33 e 35 e ABNT/ NBR _ (Anexar ART/ CREA) (Por acionamento)	PDF + ICP-Brasil + impresso	und	10		
OBS: 1. A composição dos preços deverá considerar todos os custos operacionais para prestação dos serviços objeto do contrato.						TOTAL DE SERVIÇOS (R\$) R\$ 0,00

**ANEXO III****MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

Pela presente, submetemos à apreciação, a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital e seus anexos.

**Nome Fantasia:****Razão Social:****CNPJ:****Optante pelo Simples?****Insc. Municipal:****Insc. Estadual:****Endereço:****E-mail:****Telefone/Fax:****Representante:****RG:****CPF:****PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS)**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	PREÇO MENSAL	PREÇO TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados em consultoria e assessoria em Segurança e Medicina do Trabalho, abrangendo o planejamento, execução, acompanhamento e controle das ações de Saúde e Segurança Ocupacional, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis.	MÊS	36		

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: (colocar o valor numérico e por extenso).****VALIDADE DA PROPOSTA: Não inferior ao especificado no edital.**

**GARANTIA:** O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, demais despesas que possam incidir sobre a execução dos serviços licitados, inclusive a margem de lucro e demais exigências especificadas no Edital e seus anexos.

**Obs.: Utilizar papel timbrado da Empresa****MANAUS, XX DE XXXXXXXXXXXXXXXX DE 2026.**

(Nome e Assinatura: Presidente, Diretor ou Assemelhado da Empresa).

**(FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO, atentando ao disposto na Lei nº 13.726/2018).**



**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por meio do seu representante legal (ou procurador), (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) Sr(a). \_\_\_\_\_, sob o CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser ( ) Microempresa ( ) Empresa de Pequeno Porte, nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local, data e assinatura

\_\_\_\_\_  
Nome e CPF do representante legal

**(Firma reconhecida em cartório, atentando ao disposto na Lei n. 13.726/2018):**

**Obs.: Utilizar papel timbrado da Empresa**